



Anais da Assembléia

Nº 116

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 1984.

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Ferrari Júnior e Antônio Annibelli.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve vem mui respeitosamente REQUERER de Vossa Excelência regime de urgência ao Projeto nº 302/84 oriundo de Mensagem Governamental 226/84, que abre crédito especial no valor de Cr\$ 260.000.000 (duzentos e sessenta milhões de cruzeiros) Departamento Estadual de Transportes Oficial (DETO).

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votação nominal para o Projeto de Lei nº 24/83.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital do Doutor Urbano Toniollo.

Tal passamento vem de consternar a sociedade curitibana, tendo em vista a grande personalidade do eminente médico paranaense, sempre voltado para o atendimento dos menos favorecidos, o que vem causar lacuna irreparável.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor RAMAE SAKAE, ocorrido na cidade de Nova Esperança, no dia 31 de outubro próximo passado.

Outrossim, pede que se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) BASILIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O extinto era pessoa radcada no Município de Nova Esperança, há mais de 20 anos, onde sempre gozou da estima e respeito de tantos quantos privaram de sua amizade.

Esta Casa, ao registrar o passamento do Senhor RAMAE SAKAE, quer prestar-lhe singela homenagem pelo seu trabalho em favor do progresso de Nova Esperança.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento prematuro ocorrido dia 05/11/84, em Campinas Estado de São Paulo, do Senhor Mário Henrique Bley Zornig, casado com a Senhora Vivian, filho do Doutor Luiz Fernando Bley Zornig e Dona Silvia Guedes de Mello Zornig, membros de tradicional família de nossa Capital.

Seu sepultamento ocorreu em Campinas, onde o extinto era funcionário da Prefeitura local.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento à família enlutada, na pessoa de seu pai, residente à Rua Carmelo Rangel, 787, Batel, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja

inseto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor URBANO TONIOLO, ocorrido na data de hoje. Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) DONATO GULIN
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor ANTÔNIO JUSTUS (Tonico), ex-Vereador e Ex-Presidente da Câmara Municipal de Ortigueira - Pr., em cujos mandatos, a par de uma intensa atividade político-administrativa, representou o exemplo de homem digno e respeitado junto àquela comunidade.

O extinto era casado com a Senhora Emília Pietrobelli Justus, e membro de tradicional família de Ponta Grossa.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dado ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Av. Anita Garibaldi, 137 - Ponta Grossa - Paraná.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão de voto de profundo pesar pelo passamento da Senhora ROSA DIETZEL KRUGGER, ocorrido na cidade de Ponta Grossa a 03 do fluente.

Membro de tradicional família pontagrossense, a extinta era casada com o Senhor Edmundo Krügger.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Teodoro Rosas, 1250 - Ponta Grossa - Paraná.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja designada a sessão do dia 28 de novembro próximo, para a outorga do Título de Cidadão Benemérito do Paraná, a sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Antônio Marchetti Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao Município de Roncador pela comemoração, no dia de ontem, do seu 23º aniversário de emancipação político-administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Augusto Becher, Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Senhor Nathel Veiga, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e aos Excelentíssimos

Senhores Presidentes dos Partidos Políticos existentes na cidade.

No ano de 1951, de acordo com a Lei de nº 613, no dia 27 de janeiro, a localidade de Roncador era elevada a categoria de Distrito Administrativo, pertencente a Campo Mourão. Através da Lei nº 4.245, datada do dia 25 de julho de 1960, foi criado o Município de Roncador. Sua instalação, efetivamente, deu-se no ano seguinte, 1960, no dia 5 de novembro sendo que na mesma oportunidade foi empossado o Senhor Eleutério Galdino de Andrade, como primeiro Prefeito completando deste modo a fase de emancipação político e administrativa de Roncador.

Tais acontecimentos representaram na época, marco mais importante daquela região, pois a sua condição de autonomia como município, seguramente já representava o desenvolvimento sentido, bem como suas perspectivas futuras.

Hoje, ao completar 23 anos de sua fundação, vê-se uma cidade cujo o seu desenvolvimento é uma constante. Isto muito bem se comprova se se tomar como base os dois últimos Censos realizados em 1970 e 1980, respectivamente: na década de 70 de acordo com pesquisas, Roncador acusou uma população total de pouco mais de 13 mil habitantes. Já na década de 80, os dados então registrados eram outros, ou seja, o município já possuía um total de habitantes superior a 17 mil (sendo que 14 mil na zona rural e o restante, pouco mais de 3 mil, morando na zona urbana).

Fora de qualquer dúvida, que tais dados apresentados, através de sua constatação, significa dizer que mesmo diante da crise sócio-econômica que vivencia a Nação brasileira, especialmente a atingida pela política agrícola atualmente em vigor, foi possível assegurar a fixação do homem no seu local de origem, e, mais do que isto, atrair mais gente para a fixação de residência e trabalho. Pois um dos fatores que bem demonstram a crise no setor agrícola, e o chamado êxodo rural, que expulsou o trabalhador rural, ante ao desestímulo sofrido, que parece em parte não ter atingido os roncadorenses, cuja sua luta serve, desde os primeiros povoados, como grande exemplo de luta e amor à terra.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor DENI LINEU SCHWARTZ, DD, Secretário de Estado dos Transportes, para que determine sejam agilizados os estudos para a construção da ponte sobre o Rio TATURI na antiga estrada que liga o Município de Guaíra ao Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor GILBERTO GERALDO GARBI, DD, Presidente da TELEPAR, no sentido de que sua Excelência se digne determinar que sejam agilizados os estudos para a implantação

da rede telefônica no Distrito de Oliveira Castro, no Município de Guaíra.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte no sentido da doação de material esportivo para a prática de futebol de campo na Municipalidade de Peabiru, especificamente para a localidade de Silviolândia.

Fora de qualquer dúvida que a prática do futebol de campo em toda a região de Peabiru é que mais movimentam os meios esportivos, tendo em vista o grande número de pessoas que se dedicam em tal modalidade, aliando-se a isso o bom índice técnico que se tem verificado ultimamente.

Neste sentido, o Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal daquela cidade, José de Carvalho, com o objetivo de incentivar ainda mais o futebol de campo, acredita ser importante a participação dessa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, através da doação de todo o material esportivo, especialmente um jogo de camisa.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação objetivando a realização de estudos apropriados visando a estadualização da Escola Municipal Germana Afonso Moleiro, localizada na Municipalidade de Goioerê.

O processo de estadualização daquele estabelecimento de ensino, é na verdade defendido pela Câmara Municipal de Veradores de Goioerê, que, de acordo com correspondência remetida ao Deputado que abaixo subscreve, assinada pelo seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor Toshiyuke Koike, afirma que somente a estadualização é que permitirá o melhor funcionamento das atividades que concernem aquela escola. Ademais se efetivamente estadualizada, a Escola Germana Afonso Moleiro vai poder assegurar ao conjunto dos professores condições à altura de poder ensinar a estudantes, de acordo com as normas previstas na Lei 5692, que regula o Ensino de 1.º e 2.º Grau no Brasil.

Diante da exposição de motivos ora apresentados, é de se esperar dessa Secretaria de Estado da Educação um posicionamento que venha de encontro à postura do Poder Legislativo de Goioerê, que sem dúvida alguma, está profundamente identificado com as verdadeiras e legítimas aspirações daquela gente trabalhadora goioerense.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado solicitando-lhe que, mediante remoção ou enquadramento funcional através de Ordens de Serviço, conceda o INDULTO DE NATAL aos professores remanescentes do concurso de 1979 convocados pela SEED em janeiro p.p. e que, ainda, esperam uma alternativa de tarefa que lhes possa minorar os sofrimentos. Em que pesem as preocupações de duas medidas contraditórias para o mesmo caso (muitos professores não optaram por seus padrões devido à distância e outros já os abandonaram, debilitados física e economicamente para mantê-lo devido a estafante peregrinação diária pelos caminhos do Paraná) não devem ser levadas em conta. O solicitado INDULTO DE NATAL seria um prêmio justo à perseverança dos professores que, em dezembro próximo vindouro, terão cumprido 01 (um) ano de "magistério volante" submetendo-se e a seus familiares a toda sorte de inquietações, riscos e sacrifícios. Além disso, estes professores já cumpriram metade da pena do estágio probatório de 02 (dois) anos e, em nome da persistência tenaz e da postura de heroísmo na difusão do ensino e manutenção de sua jornada de trabalho, fazem-se merecedores deste verdadeiro e "sui generis" INDULTO DE NATAL.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

SÚMULA: A Presidência da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação solicitando-lhes deferimento às conclusões aprovadas em reunião recentemente realizada, com a presença do Presidente e Integrantes do Conselho Estadual de Entorpecentes e de um dos Diretores do Centro de Prevenção e Recuperação à toxicomania de Campinas - SP., e arroladas na sequência.

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO-SE a proliferação da toxicomania nas escolas públicas estaduais de 1.º e 2.º graus e a alarmante constatação de que, na melhor das hipóteses, é de apenas 10% o índice de recuperação dos jovens dependentes de drogas, sendo que 90% deles fatalmente encontrando a morte pelos tóxicos;

CONSIDERANDO-SE o desenvolvimento do problema de tal forma, que muitas mães, inconscientemente, estão iniciando os próprios filhos na toxicomania quando os automedicam em excesso, numa situação em que o teor tóxico dos produtos farmacêuticos tem sido progressivamente acentuado; (enquanto em toda a Europa existem apenas 28 laboratórios rigorosamente fiscalizados, em nosso país proliferam mais de 200 deles sob fiscalização muito relativa); CONSIDERANDO-SE OS DADOS DA UNESCO, segundo os quais, de cada 03 (três) óbitos no Brasil, 02 (dois) deles estão sendo ocasionados

pelo alcoolismo ou toxicomania;

CONSIDERANDO-SE que de cada 100 (cem) toxicômanos, 82 (oitenta e dois) deles são comprovadamente dependentes de drogas em função dos problemas de medo, insegurança e carência afetiva originários na cada vez mais debilitada estrutura familiar;

CONSIDERANDO-SE finalmente, que o combate ao tóxico, ao invés do verbo REPRIMIR, deve ser conjugado fundamentalmente pelo EDUCAR, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO da AL propõe:

1) - Inclusão nos currículos de todas as escolas estaduais, a nível de 1.º e 2.º graus, na área de Saúde, de conteúdos programáticos diretamente relacionados à prevenção da toxicomania.

2) - Obrigatoriedade de prática de Educação Física, hoje iniciada apenas a partir da 5.ª série do 1.º grau, também para as 04 (quatro) séries anteriores, iniciando-se a criança paranaense, já aos 7 (sete) anos de idade, a viver o salutar princípio de que "PRATICAR ESPORTE É PREVENIR O VÍCIO".

3) - Transformação das escolas públicas estaduais em CENTROS COMUNITÁRIOS com reuniões ao menos bissemanais. Convertidas em verdadeiras caixas de ressonância da vida no bairro pelo próprio envolvimento das APMS (Associação de Pais e Mestres) e Associações de Moradores, a prevenção ou a recuperação de estudantes dependentes de drogas haverão de se efetivar de um modo tanto mais eficaz à medida em que o encontro comunitário na escola for se afigurando como alternativa de apoio até mesmo para o vazio afetivo provocado pelo crescente processo de desintegração familiar, realidade esta que sempre traz consigo marcas profundas no espírito infantil.

4) - Consignação orçamentária de recursos, para que a atualmente tímida iniciativa do PRÓ - VITA e o Projeto do HOSPITAL - DIA (com a participação da família, o doente permanece durante todo o dia com psicólogos e psiquiatras, retornando ao lar apenas durante a noite) possam estender-se a todo o Estado.

5) - Instituição de Comissão Especial da SEED, objetivando não só a discussão da Experiência de Campinas, (laborterapia, grupoterapia, NATAS (núcleos de apoio a toxicômanos e alcoólatras etc.) como também de coordenar a universalização da proposta de prevenção tóxica a nível de Estado, passando fatalmente pelo estágio de implementar a iniciativa através da formação de pessoal apto para esta atividade pelas Escolas Superiores de Educação.

6) - Subordinação do Conselho Estadual de Entorpecentes à Secretaria de Estado da Educação ao invés da situação atual de Órgão vinculado à Secretaria de Estado da Justiça, partindo-se do pressuposto de que as atividades do Conselho são por natureza diretamente relacionadas à Educação.

7) - Promoção de campanha publicitária pela Secretaria de Comunicação Social, objetivando inclusive a prevenção à toxicomania pela demonstração visual do quadro clínico provocado pela droga no organismo humano.

Sala das Sessões em 06 de novembro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que determine seja estudada a possibilidade de os funcionários contratados pelo regime de CLT, pelos Órgãos de Administração direta e indireta do Estado, virem a contribuir para com o Instituto de Previdência do Estado - IPE, ao invés de efetuarem recolhimentos previdenciários ao Ministério da Previdência Social.

Inúmeras poderiam ser as razões a apontar, porém, as de maior vigor, são sem dúvida as de que o Ministério, não tem comparecido como era de se esperar principalmente quando do atendimento médico, em função da crise previdenciária por que passa o país, obrigando quase sempre o desembolso de vultuosas quantias do assalariado que recolhe suas contribuições e quando vai buscar os benefícios não os encontra.

No que se refere à parte previdenciária, não existiria qualquer óbice, de vez que com a reciprocidade já em vigor, em pouco seriam afetados os cofres do tesouro, que teria que arcar com pensões e aposentadorias.

Sob este aspecto é sabido inclusive que o IPE, tem deixado de receber representativas quantias do Tesouro do Estado no que se refere à parte da contribuição do empregador, sem que isto tenha trazido grandes problemas à assistência médica ou previdenciária daquele instituto.

Desta forma, nada mais justo que se criar um mecanismo que possibilite aos servidores celetistas do Estado, a contribuição para com um instituto paranaense, que tem zelado pelos interesses de seus filiados desde a sua criação e que tem demonstrado com o passar dos tempos muita eficiência e eficácia tanto no atendimento médico-hospitalar, quanto na parte previdenciária, onde as pensões são pagas sempre em dia.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, que envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Olímpio de Paula Xavier, Secretário da Administração e ao Doutor Max Rosenmamm Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, solicitando a instalação de um Posto do IPE, nos Municípios de Fênix e Araruna.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte no sentido de que seja avaliada a real possibilidade de se liberar recursos para a construção de uma quadra poliesportiva na Vila Guaíra, existente na Municipalidade Goioerê.

O presente requerimento se faz necessário, tendo em vista a iniciativa do nobre Vereador com assento na Câmara Municipal de Goioerê, o Excelentíssimo Senhor Jacinto Tiziani, que recentemente quando da realização de mais uma sessão plenária, manifestou sua preocupação para com o esporte, defendendo na mesma oportunidade, com apoio dos demais membros daquele Poder Legislativo, a necessidade de oferecer maiores condições para que a população, notadamente a juventude de um modo em geral, possa praticar mais esportes.

Neste sentido, diante de tal preocupação, de acordo com o posicionamento daquele nobre integrante da Câmara Municipal, o mesmo defende a construção de uma quadra de esportes polivalente na Vila Guaira, bairro que congrega um expressivo número de moradores. Ademais, a construção de uma quadra naquela Vila, virá seguramente trazer um grande benefício de enorme alcance social, visto que os praticantes do esporte têm de fazê-lo distante de suas comunas, o que representa um transtorno.

Torna-se imprescindível o apoio dessa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte no sentido da liberação de recursos financeiros que garantam a concretização do que ora é pretendido.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente do ITC - Instituto de Terras e Cartografia, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, objetivando o desenvolvimento de estudos no sentido de avaliar as condições reais da criação e instalação de um escritório desse Instituto na Municipalidade de Goioerê.

O Município de Goioerê tem uma área total de 1.200,088 de Km² que em sua maioria predomina as atividades agropastoris que, inclusive, representam a base de sustentação de praticamente o processo desenvolvimentista de toda aquela rica região. Em face de tal condição, em termos de atividades sócio-econômicas, Goioerê tem a cada dia que passa ampliado ainda mais suas áreas destinadas ao cultivo de diversas plantas e ou para a formação de pastagens, assim como a criação de animais para o abate ou para a extração do leite. E é exatamente aí que reside a preocupação maior. Pois, o aumento do número de propriedades rurais, representa inicialmente o desmatamento às regiões florestais, cujas vegetações na maioria das vezes, são feitas de forma indiscriminada, desrespeitando e pondo em desequilíbrio o meio ambiente como um todo.

Diante de tal realidade, surge a necessidade de se colocar em prática mecanismos capazes de assegurar a constante e eficaz vigilância no cumprimento às leis que dizem respeito à fauna e à flora; desenvolvendo também um trabalho de consciência junto à população de um modo geral no sentido do reflorestamento como forma de garantir em parte a recuperação das condições ambientais em toda aquela região.

Neste sentido, o Excelentíssimo Senhor

Jacinto Tiziani, Vereador de Goioerê, de acordo com sua própria iniciativa, está propondo a criação e instalação de um escritório regional do ITC naquela cidade. Tal reivindicação objetiva fundamentalmente fazer com que aquele órgão possa, efetivamente possuir condições de trabalhar junto à imensa área que constitui o Município de Goioerê, no sentido do cumprimento dos princípios que fundamentam à sua existência.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos de hoje e a transcrição nos Anais da Casa, de um voto de congratulação ao Município de Bandeirantes, pelo transcurso de seu "Cinqüentenário" de Fundação, que ocorrerá no próximo dia 14 do corrente.

As solenidades alusivas às comemorações do "Cinqüentenário", terão início dia 10 de novembro às 8:00 horas, com a abertura da "Semana do Cinqüentenário" e tem seu encerramento previsto, segundo o programa, para as 19:00 horas, do dia 18, com a missa de encerramento.

REQUER, outrossim, que da decisão deste Plenário, seja dado conhecimento ao Senhor João do Carmo Santiago, DD. Prefeito Municipal; Senhor Alécio Zamboni Netto, DD. Presidente da Câmara Municipal e a Senhora Maria Calil Zambon, DD. Coordenadora de Assuntos Comunitários de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

Com o desbravamento do Norte do Estado, e a construção da estrada de ferro, a partir de 1920, começou a chegar no povoado Invernada, que posteriormente denominou-se Bandeirantes os primeiros moradores, dentre os quais citamos alguns, tais como: o engenheiro Carlos Barromei, João Cravo, Negreiros, Carreira, carroceiro Ignácio, Arai e outros.

Devido ao seu grande progresso, em 14 de novembro de 1934, foi criado através do Decreto Estadual n.º 2396, o Município de Bandeirantes.

Hoje, apesar do grande êxodo que vem ocorrendo em quase todas as cidades de pequeno e médio porte de nosso Estado, Bandeirantes conta com aproximadamente 35.000 habitantes.

Sua população é formada de destemidos e respeitados imigrantes portugueses, japoneses e italianos e de emigrantes de todos os Estados do Brasil, principalmente de mineiros e paulistas, vivendo todos em harmonia e com o espírito de trabalho e progresso.

Falar de Bandeirantes e de seu progresso, forçosamente temos que citar alguns órgãos que evidenciam, ou seja, a Açúcar e Alcool Bandeirantes S/A., que gera emprego a aproximadamente 50% da população; Fundação Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel", considerada como uma das melhores de todo o País; Termas Yara, balneário de água sulfurosa e o glorioso União Bandeirantes F.C.,

que com sua garra e amor, vem levando o nome de Bandeirantes a todo o território nacional.

Diante do exposto é que estamos requerendo a este Egrégio Plenário, este voto de congratulações à Bandeirantes, na certeza que será apoiado pelos ilustres Pares desta Casa.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 303/84.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominado "Arthur Hoffig", o trecho da Rodovia PR-160 que liga os municípios de Sertaneja e Congonhinhas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Arthur Hoffig, paulista de nascimento, foi um dos pioneiros da região do Paraná, que através de seu profícuo trabalho muito contribuiu para o desenvolvimento de Cornélio Procopio e adjacências.

O incansável trabalho pioneiro que o consagrou em toda a região Norte paranaense, está a merecer uma homenagem do povo paranaense, para que a sua memória permaneça na consciência de nossa juventude, como salutar exemplo de brasileiro.

O Curriculum Vitae que anexamos ao presente, melhor elucida esta singela homenagem que estamos propondo através do presente plano de lei, que por certo receberá o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 304/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarado de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Coordenação Municipal de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

As razões que nos levam a apresentar o presente projeto de lei, encontram-se determinadas e explicitamente identificadas na documentação em anexo, bem como no atendimento das formalidades previstas na legislação pertinente.

PROJETO DE LEI Nº 305/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anuir na alienação do imóvel de propriedade do Município de Ibaiti, conforme transcrição nº 204, às fls. 51, do livro nº 3, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibaiti, desde que constem da respectiva escritura as condições estabelecidas pela Lei Municipal nº 005/84, de 05 de julho de 1984.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei pretendemos a anuição do Poder Executivo na alienação do imóvel de propriedade do Município de Ibaiti, havido por doação do Estado através da Lei nº 2475 de 09/11/55, e autorizada sua alienação pela Lei Municipal nº 5/84 de 5 de julho de 1984. (cópia anexa).

O próprio teor da Lei Municipal 5/84, por si só esclarece os motivos da alienação do imóvel já autorizado pelo Legislativo Municipal.

É o projeto de lei que propomos à Casa e que temos certeza receberá o total apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 306/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O dia 29 de março será dedicado, anualmente, em todo o Estado do Paraná, às comemorações do "Dia da Cultura Racional Paranaense".

Art. 2º - As autoridades estaduais concederão facilidades para a realização de Atos Públicos alusivos à data.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Cultura Racional é um conhecimento inédito extracósmico, provado e comprovado, que promove o desenvolvimento do raciocínio, colocando o ser humano na condição de conhecer as três mecânicas do Universo: a mecânica material, a mecânica celeste e a mecânica racional. Através da Cultura Racional, as pessoas são levadas ao conhecimento de tudo, de todos e de si mesmo, descortinando os mistérios, enigmas e fenômenos que encobrem a natureza e embargam a ciência: da comum à filosofia. Como consequência, o estudante, principalmente, passa a assumir um comportamento equilibrado, positivo, com senso de humanidade e de real interesse pela vida, pelos semelhantes e por si mesmo.

A criação do Dia da Cultura Racional Paranaense enseja oportunidade rara para que os habitantes deste Estado conheçam o origem da humanidade, seus primórdios e sua evolução, proporcionando aprendizado excepcional de matérias desconhecidas inatingíveis, desde o início de nossa civilização. A Cultura Racional explica, de maneira concisa, racional e sistemática, os acontecimentos da história da vida e do mundo, fazendo com que o passado, presente e futuro se encontrem de maneira objetiva, englobando os conhecimentos do Universo visível e invisível, para a compreensão dos povos. Se aplicada no ensino público, a Cultura Racional desperta nos alunos o gosto pelos estudos, porque o estudante passa a se conhecer, compreendendo sua importância e responsabilidade perante seus semelhantes e perante a natureza, redundando num aproveitamento escolar

real e positivo.

A Cultura Racional é um método de aprendizado direcionado para o aproveitamento de todas as potencialidades do nosso raciocínio e que vem sendo utilizado desde 1935, com milhares de seguidores, hoje, por todo o Brasil e em várias partes do mundo. Esse método leva os homens a dedicarem suas vidas à salvação e redenção da humanidade, tão conturbada pelos efeitos negativos das energias elétrica e magnética, que deixaram de ser alimentadas pela natureza e estão em liquidação, fazendo com que a humanidade se desequilibre e proceda contra si mesma. A Cultura Racional vem justamente ensinar a maneira de como se imunizar desses efeitos negativos, consciente e racional, através do desenvolvimento do raciocínio, para alcançar a paz, o amor e a fraternidade, universalmente tão buscados e nunca encontrados. A criação do Dia da Cultura Racional Paranaense é proposta, então, com a finalidade de levar ao povo paranaense eventos culturais e sociais, como conferências, por exemplo, voltados para a única finalidade de união dos povos de todo o mundo. Assim, tratando-se de assuntos de mais alta relevância e imprescindível para a continuação da evolução humana, contamos com a compreensão dos ilustres companheiros para a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ervin Bonkoski, inscrito.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Existe uma sentença que afirma: 'Se Antônio não cria abelhas, como vender mel?' É a máxima da verdade.

Ou Antônio está passando à frente algo que lhe foi imposto ou, o que é mais provável, está vendendo algo falsificado.

Por isso estranhei declarações do Deputado Antônio Belinati passadas à imprensa sobre uma questão jurídica a respeito da Companhia de Água e Esgoto de Paranaguá - a CAGEPAR. O Parlamentar em questão não tem vinculação com Paranaguá, não conhece a política local e dá provas de que está mal informado, principalmente ao querer envolver o Prefeito de Paranaguá, procurando atingir a dignidade de um homem público, sem motivos e sem nenhuma sustentação jurídica, apenas por "ouvir dizer". Pior que porta-voz desautorizado é porta-voz desinformado. Isto para dizer o mínimo.

Diante disso resolvi inteirar-me da verdade e fazer este pronunciamento. Principalmente por dois motivos fundamentais. Primeiro, porque esta Casa deve estar a salvo de deslizes, deve evitar qualquer leviandade; deve reparar injustiças cometidas. Segundo, porque o Prefeito Waldir Salmon é um bom e leal amigo de longos anos, desde os bancos escolares. Juntos cursamos a faculdade, juntos estagiamos na ADESG. Por sua competência e dignidade, foi por todos respeitado como advogado do Porto de Paranaguá; é estimado e admirado como administrador, como político e como companheiro sincero.

No caso da tentativa de envolvimento do nome do prefeito, a verdade é bem outra. E como

toda a verdade, é simples de ser explicada: A ação por reparação de danos está sendo movida pelo poder público, através da CAGEPAR, contra dois ex-funcionários da empresa que confessaram desfalque no valor de 33 milhões e 614 mil cruzeiros. Para tumultuar o processo o advogado dos réus pediu a denúncia da lide ao prefeito. Isto é, pretende que o prefeito indenize os dois réus, isto caso os ex-funcionários vençam a ação. Não somente isto é improvável, como também a denúncia da lide prevista nos artigos 70 e 76 do Código de Processo Civil, tem finalidade bem diversa da que lhe pretende dar o advogado dos réus. Estes detalhes, infelizmente, não foram "soprados" ao Senhor Belinati.

Vale esclarecer, ainda, que o desfalque praticado pelos dois funcionários ocorreu entre janeiro e setembro de 1983, e Waldir Salmon presidiu a CAGEPAR até fevereiro de 82, quando se desligou para se candidatar a prefeito. E mais, as contas da CAGEPAR referentes ao período de Salmon foram inteiramente aprovadas pelo Tribunal de Contas. Além disso, o Prefeito Waldir Salmon cumpriu integralmente a lei quando determinou a abertura de inquérito e realizações de auditoria contábil.

Os dois funcionários foram demitidos por justa causa, diante do desfalque praticado, e foram confessos no inquérito administrativo realizado. Isso exclui qualquer possibilidade de denúncia da lide ao Prefeito Waldir Salmon.

Assim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, julgo haver restabelecido a verdade e reparado a injustiça, que espero tenha sido involuntária, cometida por um membro desta Casa.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A semana passada ocupamos esta tribuna para fazer um apelo ao Senhor Governador José Richa e Secretário da Indústria e Comércio, Francisco Simeão, no sentido de que fossem agilizadas as providências para que se tornasse realidade o núcleo de produção industrial de Cascavel.

O Núcleo de Produção Industrial de Cascavel. Senhor Presidente, é uma iniciativa da Secretaria da Indústria e do Comércio que, juntamente com a Prefeitura de Cascavel, durante 12 meses, estudaram uma forma de apoio efetiva e concreta aos microempresários daquela cidade, numa tentativa de se chegar a uma conclusão sobre qual a forma prática e objetiva de, realmente, podermos fazer com que o microempresário aquele empresário de fundo de quintal de porão de casa, que não tem condição de imobilizar recursos em construção para abrigar sua empresa melhor, dando condições para seu desenvolvimento; uma forma prática, repito, para que se pudesse, realmente, apoiar aos microempresários.

O que temos visto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, são medidas de caráter geral, nacional ou estadual, de apoio retórico aos microempresários, sem se ter possibilidade de aferir os resultados destas medidas tomadas nesse tipo de apoio.

O Núcleo de Produção Industrial de Cascavel, busca reunir, num só local, em barracões de 400 metros quadrados, 40 microempresários que foram pesquisados, num universo de 120 pequenas empresas, para que possam, unidas num mesmo local, receberem curso de gerenciamento de qualificação e capacitação profissional, e possam ter unificados os trabalhos burocráticos, minimizando os custos, e possam ter uma política de união de compras e de vendas, porque na realidade, hoje, o nosso microempresário é o fabricante, é o vendedor, é o comprador e é o contador de sua própria empresa, frustrando a sua capacidade de produção, limitando sua possibilidade de produção. E o Núcleo de Produção de Cascavel pretende, reunindo-os, qualificando-os, capacitando-os e minimizando os custos, também tornar este núcleo um laboratório de microempresas, para que todas as medidas possam ali ser aplicadas, e ali mesmo verificar o resultado na prática.

Pois eu volto a esta tribuna hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para agradecer de público, o apoio efetivo e decisivo a esta idéia da Secretaria da Indústria e Comércio e da Prefeitura de Cascavel, e do Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Deputado Euclides Scalco, que, compreendendo o alto significado e o alcance social deste núcleo de produção, engajou-se na luta em busca de recursos, para que pudesse tornar realidade este empreendimento naquela cidade do Oeste do Paraná.

O Núcleo de Produção não tem nada a ver com o Distrito Industrial. O Núcleo de Produção busca resgatar o talento empresarial que existe latente em cada uma das cidades do Paraná e do Brasil, e evitar que o êxodo para outras regiões, faça com que nós do Paraná percamos esta mão-de-obra preciosa, este talento precioso que é o microempresário.

O microempresário já tem uma história, tem a capacidade de produzir, o que falta é efetivo e real apoio para que ele possa por si só deslanchar, e aí sim, com mais recursos, auferidos do próprio desenvolvimento de sua microempresa poder, então, quem sabe se localizar num distrito industrial. O núcleo de produção construiria estes barracões e daria em comodato por um tempo indeterminado a estes microempresários; que, em trinta e oito meses, calculados já, haveria o retorno do investimento em formas de impostos, como o ICM e IPI. Portanto, é uma iniciativa altamente meritória, de Cascavel e da Secretaria de Indústria e Comércio que agora obteve o apoio da Casa Civil do Governo.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Não havendo mais oradores para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Faltando noventa dias para a escolha do futuro Presidente pelo Colégio Eleitoral, um processo turbulento, com acusações, denúncias, pressões, compra de voto, etc.

E a gente observa de forma muito nítida um grupo radical de direita que se instalou no Poder após o golpe de 1964, e que vem se locupletando, beneficiando-se da corrupção fácil, patrocinada

por um regime militar incompetente e entreguistas nestes últimos vinte anos. Esse grupo usa o nome das forças armadas para intimidar, pressionar e tirar vantagens. O cabeça é seu Paulo Salim Maluf, símbolo nacional da corrupção, fascista por vocação.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ - Esses radicais de direita não querem largar as tetas gordas do Poder, onde enriqueceram ao longo dos últimos vinte anos, roubando o dinheiro do povo brasileiro. Felizmente os setores mais consequentes das Forças Armadas não se deixam levar pelo canto sinistro dos "urubus palacianos". Quem parece estar anestesiado é o Senhor João Baptista Figueiredo.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte.

O SR. FIORI LUIZ - Em seguida, com muito prazer.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Solicitaria um aparte ao ilustre Deputado, na sequência.

O SR. FIORI LUIZ - A Nação estranha o posicionamento do Senhor João Figueiredo o seu amor repentino pelo Senhor Paulo Maluf. Esse envolvimento com os malufistas deixa o Senhor Figueiredo numa situação delicada perante a nossa Nação, afinal ele sempre pregou a democracia, a abertura política. O seu Figueiredo, com muito esforço, conseguiu conquistar uma certa parcela de simpatia popular, apesar do desastre da política econômica e social do seu Governo, e parece que jogou tudo no lixo, no esgoto, ao sair de braços dados com o símbolo da corrupção nacional.

Infelizmente o Senhor Figueiredo nega tudo que pregou até aqui, porque parece que a política do grito voltou. Voltaram as prisões, as invasões de jornais, e até bombas.

É esse grupo radical de direita extremada, continua preparando golpes baixos. Este grupo radical de direita tem como feiticeiros chefes, o Ministro Ibrahim Abi Ackel, o Ministro Leitão de Abreu, o Ministro Murilo Badaró, e atuando na beirada do campo, sem apoio nem no técnico e nem oficial, o seu Golbery do Couto e Silva. Esses homens, principalmente esses homens, pensam que esse País é uma grande fazenda iluminada, onde eles podem abusar dos bacanais políticos. O País aí está, e não me permitam a expressão, "de saco cheio" de Maluf, de Figueiredo, de Abi Ackel; o País não suporta mais.

O Sr. Gabriel Manoel - Senhor Presidente (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa concede a palavra ao Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel - Eu solicitaria a Vossa Excelência que mandasse expungir das notas taquigráficas essa verborrêia do Deputado que está na tribuna.

"Saco cheio" não é problema da nossa Assembléia, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa reafirma as determinações anteriores, para que sejam expungidas das notas taquigráficas expressões desairosas porventura proferidas neste Plenário.

O SR. FIORI LUIZ - O País não agüenta mais, Senhor Presidente, os casuísmos; não agüenta mais Moacir Dalla e Flávio Marcílio, como não agüenta também os "sarneys" da vida; os "Antônios Carlos Magalhães", os "Ney Braga"; o País continua ainda pedindo eleições diretas já.

Mas voltando ao grupo radical, o Estadão de São Paulo de hoje, no coluna de Carlos Chagas, traz a manchete "grupo de malufistas prepara jogo sujo", e tem uns tópicos onde ele entende que o dia 15 de novembro será um dia fatídico, porque a idéia, nos parece, é sensibilizar as forças castrenses para a corrupção, para a subversão, para as bandeiras vermelhas, para a caça às bruxas.

E é bom lembrar neste momento, de 1937, porque no dia 10 de novembro de 1937 o País viveu um golpe branco que impediu a realização da eleição presidencial, afastando os candidatos, e prendendo aquele que apresentava as propostas da Oposição, Armando Salles de Oliveira.

Ali começava a ditadura, a implantação do fascismo caboclo, apoiado pelo integralismo.. Só esperamos, e quase meio século depois, que isso não se repita.

O Presidente Figueiredo disse, que se Tancredo ganhar ele não terá nem tempo de atravessar a fronteira do Paraguai. E Figueiredo fala do revanchismo. Na verdade ninguém quer o revanchismo, o povo quer a justiça. Como deixar em branco, o caso Paim da Coroa-Brastel; o caso Baungartem, Capemi, BNCC, querer a apuração desses fatos é querer justiça, não é revanchismo.

Agora, quem deve, quem tem a consciência pesada, é evidente que tem receio. Mas, não acredito que o Senhor Figueiredo tenha falado sério sobre a sua saída do País, após 15 de janeiro. Até que nos prove em contrário, nos parece ser um homem sério. Falhou na administração do País.

Mas, não existe nada de concreto que desabone a sua conduta moral. Mas, a verdade é que os golpistas continuam agindo. Não acreditamos, realmente, que os chefes militares se deixem levar por essa ladainha, afinal, os próprios militares cansaram de falar que querem voltar para os quartéis. Vinte anos de erros, é um tempo considerável.

O País hoje, está falido; está na miséria, culpa dos últimos 20 anos de regime militar, e os levantamentos da UNICEF, da Organização Mundial da Saúde do Departamento de Estado Norte-Americano, provam e atestam o balanço da miséria brasileira, miséria que o povo não vê, nas imagens coloridas das tevês: inflação de 280% ao ano; dívida externa de 110 bilhões de cruzeiros, onde cada brasileiro já nasce devendo 1 milhão e 400 mil cruzeiros; 9 milhões de desempregados e 7 milhões de subempregados; 80 milhões de brasileiros subnutridos, dos quais 40 milhões em miséria absoluta; 30 milhões de analfabetos maiores de 15 anos, a maioria constituída

por mulheres; 6 milhões de famílias vivendo em favelas, palafitas e mocambos; falta água encanada para 25 milhões de brasileiros; não dispõem de serviço de esgotos, cerca de 30 milhões de brasileiros; 30 milhões de menores carentes, expostos à criminalidade; morre uma criança por minuto no Brasil, por falta de comida, por fome, por miséria, por subnutrição crônica.

Este é o quadro verdadeiro deste País, deixado pelo Governo militar. Como agüentar falar em Maluf, num momento deste? O que devemos retomar é o processo das "diretas já", é este o caminho.

Como conviver com um homem que, se porventura for eleito, o Sr. Paulo Salim Maluf, vai governar, preso no Palácio do Planalto, porque ele não consegue sair numa calçada, não consegue fazer um comício, não consegue uma manifestação sem que lhe joguem ovos ou tomates, as vaias, os apupos? Como conviver com este símbolo nacional da corrupção, que deveria ser executado em praça pública, para servir de exemplo à nossa juventude?

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Deputado, eu ouço Vossa Excelência falando em Armando Salles de Oliveira, ouço Vossa Excelência criticar os idos de 37 quando, talvez, Vossa Excelência ainda estava engatinhando ou talvez nem tivesse nascido? Como pode então Tancredo Neves, que à época, o seu candidato a Presidente da República, Deputado, era Ministro de Getúlio Vargas, como pode Vossa Excelência vir à tribuna e falar em Armando Salles, perseguição de 37, se o manipulador era o "velho gagá" Tancredo Neves?

O SR. FIORI LUIZ - Nobre Deputado, em momento algum defendi Tancredo, eu sou a favor, das "diretas, já", nem Tancredo, e nem Maluf. Este é o meu comportamento.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência permita que eu complete o meu raciocínio, ou então, eu me calo, porque dizia Camões: "Cessa tudo que da antiga musa canta". Permita-me completar meu raciocínio neste aparte que Vossa Excelência gentilmente me concedeu, do contrário me calarei porque Vossa Excelência é que está com a palavra e, de acordo com o decoro parlamentar eu me calarei, Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ - Absolutamente. Gostaria que Vossa Excelência continuasse com a sua eloquência, com a sua verbosidade.

O Sr. Gabriel Manoel - Agora, veja Vossa Excelência, a discrepância, dos candidatos de Vossa Excelência, do candidato que, em 37, expulsou Armando de Oliveira; do candidato que cooperou com o suicídio do grande estadista Getúlio Vargas; onde está a coerência deste povo? Onde está a coerência de Vossa Excelência ao falar em Armando Salles, e ao falar em Tancredo Neves? Onde está a coerência de Vossa Excelência, ao falar em o Vice-Presidente da República e nos homens que cassaram o grande Deputado paranaense Alencar Furtado? Como pode, o azeite, com a água, misturar-se? Onde está a coerência do candidato de Vossa Excelência, Deputado Fiori Luiz, ao procurar arregimentar banqueiros,

é comunistas, na mesma sala? Isto, é um suicídio político. Não é, porque se Deus quiser, Paulo Maluf, apesar dos pesares, há de ser o Presidente da República, para redenção do Brasil e de sua gente. Muito agradecido, Deputado.

O SR. FIORI LUIZ — A Revista “Veja” traz uma pesquisa popular, onde o seu candidato, nobre Deputado Gabriel Manoel, tem 8 por cento da opinião pública. 92 por cento dos candidatos acha o candidato de Vossa Excelência, desonesto e imoral.

O Sr. Gabriel Manoel — Meu candidato, com muito prazer.

O SR. FIORI LUIZ — Eu respeito.

O seu Maluf, no desespero fala inclusive isto é uma fonte oficial, de Brasília, dos jornais do noticiário, em noticiar e isso viria em função de dois fatores: primeiro, o posicionamento do seu Maluf nas suas últimas declarações de que ele enfrentaria até um General na Presidência e que reataria as relações diplomáticas com Cuba, tudo isto vem dentro de um quadro pré-estabelecido e outro dado, a reunião de 300 coronéis, em Brasília, na semana passada, e estiveram reunidos e entre eles teriam decidido — deixo no condicional, Senhor Presidente — teriam decidido que eles não apoiariam nem Maluf e nem Tancredo e que apoiariam Ruben Ludwig.

O Sr. Nelson Buffara — Vossa Excelência me permite um aparte, Deputado?

O SR. FIORI LUIZ — E nesse quadro de casuismo vamos chegando a 15 de janeiro, se é que vamos chegar a 15 de janeiro com esse quadro que está montado aí. Se fala na fidelidade, no voto secreto, na compra de votos e inclusive um jornal traz aqui um mar de lama de Maluf, uma foto do candidato e escrito em cima com letras garrafeira: “Cadeia”.

O Sr. Gabriel Manoel — Mar de lama, era o tempo de Tancredo quando era Ministro de Getúlio.

O SR. FIORI LUIZ — Concedo o aparte ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Nobre Deputado Fiori Luiz, Vossa Excelência desenhou um quadro melancólico da Nação brasileira ao descrever a miséria existente hoje neste País e a miséria da política econômica e social imposta a esta Nação, por uma Revolução que se dizia “redentora”, redimiu apenas o entreguismo, a corrupção e a bandalheira. Uma “revolução” imposta à Nação, uma Nação ansiosa por melhores dias, uma Nação desejosa de um melhor futuro. Esta Revolução impôs à Nação um quadro de miséria que muito bem desenhou e pintou Vossa Excelência aí da tribuna. Depois de 20 anos de desmandos, os militares deste País, têm apenas um saldo devedor para com o povo brasileiro. Não foi a sociedade civil como um todo que sustentou os desmandos políticos, econômicos e sociais vividos por todos nós. Foram sim, uma filosofia, hoje empalmada por homens de extrema direita, que também implantaram no País um maior sistema de delação e de

auscultação até mesmo rompendo e violando os direitos civis do povo brasileiro. Quando nós não tínhamos, em épocas atrás, sequer e muitas vezes ou muita vez a tranquilidade de conversarmos até mesmo com o nosso amigo, porque não sabíamos e desconfiávamos se ele era ou não um delator e os delatores foram prestigiados, os corruptos, alçados aos postos mais altos da Nação brasileira: exemplo maior está aí, o Ministro do Planejamento, que é a maior fonte de miséria deste País. O homem que, com licença da expressão, mais pariu desgraça na Pátria brasileira. É um dos homens mais prestigiados por este Governo. Todavia, este Ministro do Planejamento foi batido, inapelavelmente, pelo desqualificado e pela descrença popular, por um homem corrupto, não confesso, mas, a Justiça já provou em algumas decisões a sua força de corrupção quando Governador de São Paulo. Este homem conseguiu bater em impopularidade o Ministro do Planejamento da Pátria brasileira.

E, por infelicidade nossa, este Brasil de tantos sonhos, decantado até mesmo pelo Hino Nacional Brasileiro, como uma Pátria de um gigante adormecido. Esta Pátria, hoje, convive com o desplanejamento do Ministro do Planejamento e com a candidatura corrupta, porque um processo eleitoral não é eleitoral, do Sr. Paulo Salim Maluf, é um processo eleitoral de corrupção. Um homem desprestigiado e apupado pela Nação brasileira, é hoje o candidato do continuismo, dos interesses das multinacionais, dos interesses dos entreguistas brasileiros que se venderam para os interesses econômicos e estrangeiros.

Este homem se arvora em dizer até mesmo pelas páginas do grande jornal “Folha de São Paulo”, através de um médico que o atende há tantos anos, que tem uma idade mental de quinze anos.

O SR. FIORI LUIZ — Quem tem uma idade mental de quinze anos?

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — O Sr. Paulo Salim Maluf, através de um médico que o atende há tantos anos. Ele pensa que o Brasil é um pomar onde se pode pular o muro ou uma cerca para assaltar. Mas não permitiremos. Ilustre Deputado, nós que eu digo é a Nação brasileira, não permitirá que se transforme o Brasil num pomar, onde o Sr. Paulo Salim Maluf podera transvasar a sua sede de furto e de ganância...

O Sr. Gabriel Manoel — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — O Deputado Alencar está extrapolando a sua palavra, ao atacar uma personalidade que foi ex-Governador de São Paulo e que é Deputado Federal. Pediria a Vossa Excelência, Sr. Presidente, que faça expungir das notas taquigráficas, essa verborrêia.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa irá determinar.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Deputado Fiori Luiz, as palavras estão impressas na “Folha de São Paulo”, eu apenas estou analisando o depoimento do um médico de Sr. Paulo Salim Maluf, que o declara

como um homem de idade mental de quinze anos.
(tumulto no plenário...)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa solicita aos Srs. Deputados que pretendem apartear o orador que se encontra na tribuna, o façam na forma regimental.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — No jornal está impresso e divulgado em todo o país. Mas, o meu ponto primordial — Deputado Fiori Luiz — não é atacar: um homem já desprezado pela Nação, não é atacar um homem repudiado pela Pátria inteira. A minha intenção, ilustre Deputado, é exatamente me solidarizar...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa está com a palavra. A Mesa, mais uma vez solicita aos Srs. Deputados a observância do Regimento Interno.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Vossa Excelência me permite continuar o aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Pode continuar com o aparte.

O Sr. Nelson Buffara — Deputado Fiori Luiz, Vossa Excelência me concede um aparte?

O Sr. Fuad Nacli — Deputado Fiori Luiz, eu gostaria que Vossa Excelência me concedesse a oportunidade de um aparte, se fosse possível.

O SR. FIORI LUIZ — Em, seguida, com muito prazer.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — O ponto primordial, Deputado Fiori Luiz, talvez vá de encontro à posição do grande Deputado Gabriel Manoel, quando fala na cassação do meu irmão. O Paulo Salim Maluf era conivente com tudo isto. Tancredo Neves não era. Mas, no entanto, a minha postura ainda é identificada com a de Vossa Excelência, porque eu acho que a Nação que sofreu durante 20 anos, o que sofreu e é de conhecimento de todos nós, na realidade a postura legítima era pelas eleições diretas - já, para que a Nação se reconciliasse através das urnas com os seus interesses e com a sua predestinação e com a sua necessidade de organização jurídica, política e social.

E somente um homem eleito pela vontade soberana do povo brasileiro realmente poderia defender a consciência desta Pátria, espoliada, espezinhada e desgraçada por uma Revolução que infelicitou o trabalhador brasileiro, o estudante brasileiro, a dona de casa que hoje não sabe mais como pôr um pão na própria mesa para alimentar os seus filhos e a sua família.

Esta desgraça de vinte anos é que nós temos que banir. Realmente, Vossa Excelência coloca muito bem quando defende as eleições diretas, porque este é o verdadeiro caminho e ainda poderia ser o verdadeiro caminho porque somente com a participação da Nação nos destinos da Nação, interessada em realmente cobrar da classe política, porque o político não é só o parlamentar, o político também é um homem do Executivo que empalma e enfeixa nas suas mãos depois de vinte anos todos os poderes, e principalmente o poder de desmando e de mando, principalmente

na política econômica que tem infelicitado a Nação como um todo.

A eleição direta sim, nobre Deputado, deveria ser uma constante e não a defesa de Maluf, não a defesa de Tancredo Neves mas a defesa da Nação. Esta sim, deveria ser a grande bandeira de todos nós.

Por isso me solidarizo com o pronunciamento de Vossa Excelência em defender as eleições diretas - já. As eleições diretas se não vierem agora têm que vir o quanto antes porque senão esta Nação não vai se encontrar com o seu destino. Não vai ser Tancredo ou Sarney, latifundiário e ladrão de muito suor de trabalhador deste País. Não vai ser este tipo de comportamento e nós vamos fazer esta Nação se reencontrar com a sua predestinação histórica e principalmente com a verdade atual do trabalhador, do estudante e das famílias brasileiras.

Somente de uma eleição direta com a Nação, inteira participando livremente, democraticamente, escolhendo seja quem fôr, mas escolhendo aquele que dá a média do interesse nacional, aí sim, ilustre Deputado Fiori Luiz, é a grande postura da classe política brasileira continuar defendendo eleições diretas.

Se os Deputados federais, se os Delegados das Assembleias têm a obrigação de votar no Colégio que nós continuamos a chamar de ilegítimo, ilegal e espúrio, eles têm que cumprir o seu dever cívico porque ainda estão manietados por uma legislação que nos impede de agir livremente e democraticamente.

Por isto respeito os Delegados e os Deputados e Senadores que, sem outra opção, têm que votar em Tancredo Neves para podermos fazer a transposição e chegarmos à Assembleia Nacional Constituinte e a uma eleição direta para Presidente da República, para prefeitos das capitais, para cidades de fronteira, e estâncias hidrominerais.

Muito obrigado, ilustre Deputado, pelo aparte.

O SR. FIORI LUIZ — Agradeço, nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

Aliás, a Nação faz um gelo ao Presidente João Baptista Figueiredo, diante deste quadro conturbado, turbulento da sucessão presidencial. Figueiredo, que se diz o Presidente da anistia, Presidente da abertura democrática, tem uma grande chance de entrar para a História simplesmente teria que ir a uma rede de televisão, em cadeia nacional e anunciar as eleições diretas para esta Nação. Aí, o Presidente Figueiredo estaria redimindo dos seus erros, da sua conivência, mas eu acredito que seria sonhar demais neste momento trágico que vivemos da política nacional.

Eu concedo o aparte primeiramente ao Deputado Nelson Buffara e depois ao Deputado Fuad Nacli.

O Sr. Nelson Buffara — Lamentavelmente, eu percebo, Deputado...

O SR. FIORI LUIZ — Eu pediria à nossa liderança mais cinco minutos para que pudéssemos concluir...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica ao orador que o seu tempo está esgotado e Vossa Excelência passa a falar no horário destinado à Liderança do PMDB, por cinco minutos.

O SR. FIORI LUIZ - Dentro dos cinco minutos cedidos pela Liderança, concedemos o aparte ao Deputado Nelson Buffara.

O Sr. Nelson Buffara - Obrigado, eminente Deputado Fiori Luiz.

Deputado, eu quero pedir vênica a Vossa Excelência e aos seus companheiros de bancada, que usam um linguajar inadequado quando querem atacar ou ferir a honorabilidade, a integridade de um homem público, que o façam com mais polidez, com mais critério, com mais reserva, porque fala-se tanto em golpe, Deputado Fiori Luiz, Deputado Alencar Furtado. Quem mais prega golpe são Vossas Excelências com esses discursos inflamados e imponderados, discursos perigosos. É aquela velha história, Deputado: "Quem semeia vento, colhe tempestade".

Vossa Excelência não está semeando vento; está semeando um verdadeiro tufão. Vossa Excelência haverá em um dia responder por discursos dessa natureza, Vossa Excelência, o Deputado Alencar Furtado o outros mais que somarem a esse pensamento; Vossa Excelência, um dia a História haverá de julgar, haverá de ter responsabilidade pelo que diz nesta Casa - sabe Vossa Excelência que eu o admiro bastante, mas nesse momento eu esqueço a admiração que eu tenho por Vossa Excelência para dizer da minha discordância total porque o fato de Vossas Excelências já entenderem, já imaginarem, já raciocinarem em termo de Tancredo vitorioso, Tancredo Neves é um pouco perigoso, é temerário até.

Não esqueça, Deputado Fiori Luiz, que até 15 de janeiro muita coisa pode acontecer, muita coisa pode ocorrer. É preciso ter mais humildade, mais dignidade para assomar à tribuna e fazer acusações insensatas, coisas que Vossa Excelência, nem Vossa Excelência, nem o Deputado Osvaldo Alencar Furtado podem provar; pode sim, isto sim: denunciar como a imprensa tem denunciado, mas sem provas cabais, provas inquestionáveis e irretorquíveis. E eu lamento que um Deputado Federal, o mais votado na História do País, seja atacado ferozmente com certa atrocidade por Vossa Excelência e alguns companheiros de bancada. Mas eu digo e repito: a História haverá de julgar o que Vossa Excelência diz hoje, não sei quem responderá pelas acusações que Vossa Excelência faz e o Deputado Osvaldo Alencar Furtado e mais alguns de sua bancada, porque o golpe está no ar, ninguém quer, nem Vossa Excelência e muito menos eu; sou um democrata por excelência com nove eleições com voto direto, Deputado Fiori Luiz.

Não quero o golpe, não prego o golpe, mas Vossa Excelência está insinuando, está pedindo que alguém tome providências enérgicas contras as blasfêmias de Vossa Excelência a um homem que até agora ninguém provou ser desonesto, como diz Osvaldo Alencar Furtado, que a Justiça já demonstrou, com provas, que ele é corrupto, os jornais também, dêem as provas, a não ser este safado, este indigno ex-Governador Antônio Carlos Magalhães, que chamam de Antônio, "Toninho Mafadeza", para mim é um "Toninho Safadeza". Este sim é um safado que, por vinte anos, usou a Revolução, serviu-se dela para enriquecer a si e aos seus familiares, e, hoje, é vedete na imprensa

nacional. Todo o dia a imprensa dá um lugar destacando Antônio Carlos Magalhães, mas provas contra Paulo Salim Maluf, acusando Salim Maluf de ser turco, que os turcos devem ser banidos do País. Turco; como eu, filho de libaneses, que muito me honro, como José Richa também é, Anibal Khury, de sua bancada. Este é um safado, este Antônio Carlos Magalhães. Este sim é um safado com "S" maiúsculo. Personagens da política, como este, que é um aproveitador, um usurpador, é que Vossa Excelências respaldam seus pensamentos, suas acusações? Lamento que isto aconteça. Mas o futuro dirá quem está certo, Deputado Fiori Luiz.

Muito obrigado.

O SR. FIORI LUIZ - Não creio estar semeando vento para colher tempestade. Porque pior tempestade, pior tufão que estes últimos vinte anos de governo militar, é muito difícil que ocorra novamente neste País. Concedo o aparte ao Deputado Fuad Nacli.

O Sr. Fuad Nacli - Deputado Fiori Luiz, com todo o respeito que tenho por Vossa Excelência como pessoa, não como Deputado que sobe a esta tribuna, Vossa Excelência muda. Quando está no plenário é um, quando está na tribuna é outro. Queremos aqui deixar bem clara a nossa posição. Tivemos a felicidade de nascer no Líbano e vir para esta terra. Mas nunca traímos os princípios de nossas amizades e nunca saímos das fileiras de nosso partido. Vemos Vossa Excelência, e Deputados da vossa bancada, com exceção de alguns, subir a esta tribuna...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna que o tempo concedido por vossa Liderança está esgotado.

O SR. FIORI LUIZ - Um minuto para concluir, o Deputado Fuad Nacli.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Tem um minuto.

O Sr. Fuad Nacli - É lamentável que o Deputado Osvaldo Alencar Furtado venha fazer um pronunciamento neste sentido; esquecendo que o vício do seu candidato é o homem que era presidente do nosso partido até ontem, e virou o cocho, comeu sal. Está aí a Frente Liberal. Vossa Excelência não tem candidato PMDB, tem a Aliança pela frente. Só isto já diz quem é o candidato de Vossa Excelência.

Queremos eleição direta! Somos frutos da eleição direta! Iniciamos nossa vida como Vereadores lá no interior. Mas os Senhores pregam uma coisa e querem outra na realidade. Não são sinceros. Não são corretos nos seus pronunciamentos. Os Senhores elegeram os seus convencionais para votar no Colégio. Por que não fazem uma frente para que haja uma eleição direta? Obrigado pelo aparte.

O SR. FIORI LUIZ - Agradeço os apartes dos Deputados Osvaldo Alencar Furtado, Nelson Buffara, Fuad Nacli e Gabriel Manoel. Era isto, Senhor Presidente.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Orlando Pessuti, por 24 minutos.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"O Anteprojeto de Lei Orçamentária para 1985 está sendo objeto de acurado exame do Poder Legislativo.

Os dois partidos com assento nesta Casa assumem sua principal responsabilidade de mandato, que é apreciar e votar a Lei de Meios, procurando ajustar as tarefas do Estado às necessidades e exigências da sociedade paranaense.

As duas Bancadas, já com experiência de governo, sabem que seu esforço sobre o Orçamento proposto pelo Executivo esbarra numa sistemática técnica para cuja leitura devem socorrer-se de técnicos que facilitem a tarefa. E esta Casa não dispõe, ainda, do elenco de recursos e profissionais especializados que possam a qualquer momento coletar material, pesquisar, interpretar sobre tantos assuntos que nos solicitam. O espectro sócio-econômico cultural é muito amplo e nossos meios e instrumentos limitados.

O Plano Orçamentário constitui um desafio político e técnico para todos nós. Todavia, é do dever e do interesse do Poder Executivo que os Deputados possam conhecer em todos os aspectos para decidir sobre o Orçamento.

Para isso, tem a melhor intenção, o melhor empenho em ser solicitado a oferecer assessoria na elucidação de qualquer ângulo, de qualquer questão orçamentária. Não é uma complacência, e sim uma obrigação.

Todos sabemos disso. Sabe o PMDB. Sabe também o PDS.

O Líder da Oposição, recentemente, propôs-se a colaborar criativamente com a Proposta de Meios, pedindo a redução de Cr\$ 12 bilhões e 100 milhões nos "gastos com: a manutenção dos gabinetes de Secretários de Estado e com a propaganda do Governo", e a transposição desses recursos para "programas de nítido cunho social".

O espírito de tal colaboração deve ser destacado: o Deputado do PDS deseja enfatizar programas sociais, cortando mordomias e gastos supérfluos; seus adversários políticos poderiam objetar que não faz parte da tradição parlamentar, da boa trajetória, esse esforço de transferir verbas de governo para programas sociais, sem antes avaliar adequadamente as rubricas do que são chamados, genericamente, "verbas de gabinete". Poderiam objetar que o Deputado-Líder não convocou assessoria técnica para avaliar o Orçamento no seu todo, e nem os segmentos a que dedicou a crítica mordaz.

Mesmo assim, o espírito de colaboração deve ser destacado.

Talvez, nas minudências, se possam contestar números. Por preferências pessoais, por preocupação setorial? Não seria mais arrazoado que, em vez da contundente afirmação de desperdícios se procurasse compreender? Procurasse ver o Orçamento

do Estado desde o todo, para então chegar às partes? Procurasse verificar a adequação orçamentária à herança burocrática do aparelho de Estado, que não nasce neste governo e seu ajustamento à filosofia do Plano de Governo e aos programas em andamento e projeção?

Cabe-nos neste momento corrigir o erro cometido pelo Deputado, a respeito dos investimentos do Governo, os quais cresceram de 23% para 32,5% - e o Líder da Oposição converteu esses percentuais, dizendo que os investimentos caíram de 33% para 23%.

Salta aos olhos que nenhum Plano Orçamentário resistirá, na sua complexidade e tradição formal, a que lhe apontem rubricas sem história e evolução: números sem os antecedentes; e cada área ou órgão sem correlações. A Lei de Meios é um todo, e sua análise geral deve anteceder criticamente a análise setorial, segmentada. O pensamento sob a linha indutiva não é uma boa ferramenta para a exegese orçamentária.

A expectativa da arrecadação estadual, a previsão de recursos de diferentes origens, a previsão da saúde da moeda particularmente nestes tempos "bicudos" de inflação de três dígitos, e a inserção de financiamentos e investimentos através de programas, são alguns dos componentes iniciais para o Anteprojeto de Lei Orçamentária.

Realisticamente, devemos esperar que o Orçamento para 1985 tenha sido acrescido de mais de 200%, se a pretensão fosse apenas atualizá-lo. E, pelo que observou o Líder da Oposição, não conseguimos atingir o índice previsto de inflação. Este é o conjunto orçamentário: 213%.

Há órgãos estaduais que ficaram bem abaixo, outros superaram o índice inflacionário.

Há Secretarias de Estado, como a dos Transportes, que têm previsto em orçamento um aumento de apenas 194,2%, na relação 1984/1985. Outras, como a da Cultura e do Esporte, têm um crescimento da ordem de 877,2%. E há, também, o caso da Secretaria de Finanças, que teve uma elevação da ordem de 482,7%.

O Líder oposicionista quer uma redução de Cr\$ 1,89 bilhões nos gastos de gabinete da Secretaria da Educação; Cr\$ 1,2 bilhões no da Cultura e Esporte; Cr\$ 345 milhões no das Finanças; Cr\$ 303 milhões na de Transportes; Cr\$ 255 milhões no da Secretaria de Comunicação Social.

Quer, ainda, o Deputado Luiz Alberto Oliveira a redução de Cr\$ 1,6 bilhões nos gastos da Secretaria de Segurança; Cr\$ 535 milhões na Casa Civil; Cr\$ 140 milhões na Secretaria da Justiça; Cr\$ 102 milhões na do Interior; Cr\$ 50 milhões na da Agricultura; e, ainda, Cr\$ 1,57 bilhões na da Comunicação Social.

E, não apenas pede a redução de despesas setoriais, como aponta projetos e áreas que deveriam ser dotadas de mais recursos. Como no Governo anterior, o Líder pedessista deseja maior concentração de esforços na área social, em desapropriações e colonização, transferência de recursos para municípios, maiores subvenções sociais...

Para responder a questões entrecruzadas dessa ordem, e que também envolvem apelos emocionais, onde o interesse social é evidenciado para obter respaldo público, temos que apontar parte a parte, onde

estão as más origens da crítica, onde se situam os equívocos e onde estariam as inadvertências, digamos, em que se situa o pensamento do Líder pedessista na sua "cruzada social".

Sempre afirmamos que os dois pressupostos democráticos fundamentais são a liberdade e a comunicação. As ditaduras precisam comunicar seus atos, éditos, proclamações, invectivas, ordens do dia, e quanto menos recursos públicos para isso, tanto melhor. Já a democracia, os governos restauradores das liberdades e da participação comunitária, necessitam fazer da comunicação social um meio e um instrumento eficiente e suficiente.

Deve haver uma relação direta entre os meios e recursos de comunicação e propaganda e o tipo e forma de governar. É muito difícil - para os acólitos dos regimes de força, para as pessoas que têm má formação democrática - entender isto. É evidente que isto não nos exime de um exame criterioso dos recursos oficiais de comunicação e propaganda.

Mais um ponto merece destaque: o Poder Público - estadual, municipal, federal - é um cliente especial do sistema de comunicação social privado. E, se não deve estipendiar a atividade jornalística, não pode deixar de considerar a sobrevivência dos veículos, na qualidade de cliente especial e ante os custos crescentes da produção jornalística. Esse crescimento, nos últimos anos, tem sido muito maior do que as taxas inflacionárias, e beiram, em alguns casos, os 1.000%.

A cada orçamento, as despesas de comunicação social triplicam ou até quadruplicam, se quiserem acompanhar os custos gráficos. E nós temos, o Governo tem, necessidade de comunicar seus programas; programas que são do Estado, e não de um partido, de um tipo de governo.

Passemos, agora, às verbas de Gabinete.

A maioria dos fundos, programas e repasses é controlada pelos Gabinetes. Basta a transferência de atribuições de uma secretaria ou entidade para outra, e já se torna necessária a montagem de uma estrutura de controle e aplicação desses recursos. Por exemplo, a Secretaria de Finanças passou a administrar o Fundo de Desenvolvimento Econômico, e já seu orçamento registra o acréscimo de Cr\$ 4,21 bilhões do FDE/BADEP.

Outro exemplo: a Secretaria de Educação, na rubrica "Outros Serviços e Encargos", teve um crescimento significativo de 834,2%, distribuídos entre impressões e encadernações, telefonia e telex, publicações e propaganda e demais itens menores. Quanto às previsões de publicações e propaganda, elas decorrem menos da preferência do governo por melhorar as relações sociais por via da informação, do que das necessidades de pais, estudantes, professores e sociedade. São reflexos dos novos tempos que estamos a viver.

No caso da Secretaria dos Transportes, a necessária aquisição de dois veículos, no valor de Cr\$ 118 milhões, dá maior peso às "verbas de gabinete", interpretadas pelo líder oposicionista.

Sobre a Secretaria da Cultura e Esporte, é muito importante fazer uma revisão crítica do seu funcionamento. Era uma Secretaria de espetáculos e de mecenato oficial, ora transformada em secretaria que, ouvindo todo o Paraná, se dispõe a participar dos programas culturais requeridos por toda a sociedade.

Praticamente, começa agora a funcionar, surgindo como uma "entidade inteiramente nova".

Também se encontram nesta situação, de novas atividades, a Secretaria de Comunicação Social e a de Assuntos Comunitários. Começam a funcionar, com os recursos necessários a uma atenção satisfatória.

Não haveria necessidade de anotar esses problemas, na ligeireza de uma colocação inicial, não fosse a intemperividade das críticas amplamente propagandeadas pelo Líder do PDS.

Ficariamos mais satisfeitos, em nossa obrigação de informar, se, em vez de acusações genéricas, ouvíssemos perguntas, solicitações e informações.

As assertivas malévolas e vazias, findam por representar a palavra vã, a palavra desprovida de fundamento e conhecimento técnico".

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Orlando Pessuti, Vossa Excelência faz o seu esforço em trazer a versão governista do Orçamento do Estado do Paraná.

Compreendo que Vossa Excelência é um diligente Deputado governista. E portanto, pretende apresentar a versão do Partido Governista, a respeito do Orçamento.

Lamentavelmente, Vossa Excelência não foi informado pelos Arautos palacianos. Pois que, o o discurso que Vossa Excelência lê, não corresponde aos dados do próprio Orçamento.

Se Vossa Excelência se ativer, por exemplo, às verbas de mordomia, do Governo que disse que ia acabar com a mordomia no Estado do Paraná; se Vossa Excelência tiver o cuidado de analisar o quanto aumentou, de 1983, para 1984, a verba para comprar flores, bombons, enxoval de criança, no Gabinete do Governador do Estado, ou no Gabinete do Secretário de Transportes, que foi Deputado Estadual nesta Casa; e que naquela ocasião, na condição de oposicionista, fazia virulentos pronunciamentos a respeito do Orçamento. Só um dado, eminente Deputado Orlando Pessuti, com relação a Secretaria de Transportes, ocupada pelo Deputado Estadual, que criticava mordomia. Cresce quanto, a verba de mordomia, no Gabinete do Secretário de Transportes, Deni Lineu Schwartz? Mil e cinquenta por cento. Cresce quanto, a verba de mordomia, da Secretaria das Finanças? Oitocentos e vinte e cinco por cento. Cresce quanto, a verba da mordomia, da Secretaria do Interior, dirigida pelo Deputado Estadual Nelson Friedrich, que dizia que "gastar dinheiro como o Governo Ney Braga gastava em Comunicação Social era um verdadeiro roubo?"

Pois bem!

O Governo do Senhor José Richa faz crescer a verba de mordomia, no primeiro ano, de 720 milhões, para 2 bilhões e 200 milhões. E, ainda, recentemente, esta Casa, com o nosso protesto, aprovou mais uma suplementação de 1 bilhão e 380 milhões de cruzeiros.

Pois bem!

Diga Vossa Excelência, diligente Deputado governista, quanto cresce de 1984 para 1985, a verba para promoção pessoal do Governador José Richa? De 2 bilhões e 200 para 12 bilhões e 200 milhões de cruzeiros!

Ora, e não era este o Governo que ia acabar com a verba desnecessária de comunicação? Com a verba desnecessária de mordomia?

Pois bem!

Agora, ofereço a Vossa Excelência e aos seus companheiros de Bancada, a oportunidade para que transformem em atos concretos aquilo que Vossa Excelência pregaram nos palanques. Agora, Vossas Excelências são Governo, têm a oportunidade de votar as emendas que vão diminuir as verbas de mordomia, e vão oferecer os meios para que o o Governador José Richa possa implementar um efetivo programa de combate ao desemprego no Paraná; um efetivo programa de auxílio às pequenas e às médias indústrias no Paraná.

Esta é a colocação e a razão das emendas que apresentei, na certeza de que Vossas Excelências falarão hoje a mesma linguagem que falavam na véspera da campanha, para conseguir o voto do povo paranaense.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Embora não possa concordar com a colocação do Deputado Luiz Alberto Oliveira, da mesma forma agradecemos a sua intervenção. Eu diria que suas emendas serão analisadas pela Bancada do PMDB, que, por certo, deixarão de ser aprovadas, por não estarem dentro daquilo que nós esperamos e acreditamos. Concedo aparte ao Deputado Roberto Requião.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) - Com a devida vênia, o Deputado Roberto Requião está ligeiramente fora da indumentária do decoro parlamentar, faltando uma "gravatinha".

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa, ao responder a questão de ordem levantada pelo ilustre Deputado Gabriel Manoel, declara que, muito embora o Regimento Interno da Casa não conste obrigatoriamente, ou tacitamente, ou explicitamente o uso de gravatas, a Mesa apela aos Senhores Deputados que não quebrem a tradição deste Parlamento e, ao comparecerem às sessões plenárias, se façam trajar conforme tradição do Parlamento.

O SR. GABRIEL MANOEL - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa decidiu uma questão de ordem e solicitaria ao Deputado Roberto Requião atenção pelas ponderações aqui levantadas. Com a palavra o Senhor Deputado que se encontra na tribuna.

O Sr. Roberto Requião - Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Tendo suprimido o veto anterior, eu concedo aparte ao Deputado Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião - Deputado Orlando Pessuti, o meu aparte é exatamente no sentido de quebrar algumas tradições da Assembléia Legislativa. Pretendi, exatamente, utilizando esse espaço que Vossa Excelência me concedeu, questionar uma tradição da Assembléia Legislativa que é de distribuir mordomias a funcionários que não trabalham.

A gravata tem sido constante no plenário, mas isso não tem impedido que funcionários que não participam da discussão do Orçamento da Assembléia escolhido pelos 58 Deputados desta Casa, pela Mesa Executiva e pela Comissão de Orçamento, recebam pelo que não fizeram.

O Deputado Luiz Alberto Oliveira, que até momento atrás se preocupava como mordomias do Poder Executivo, não nos deu a satisfação e a honra, ainda, de se pronunciar contra essa barbaridade, uma Assembléia que ainda mantém disparidades salariais enormes entre funcionários. E que um grande número das pessoas que trabalham não recebem condignamente, que diante de complacência de todos, da alta complacência da Mesa, se dispõe a distribuir valores entre 150 mil cruzeiros para colaboradores que não colaboraram e 50 mil cruzeiros para técnicos que não exerceram o seu mister nos trabalhos da Comissão de Orçamento. E pasmem, Deputado Orlando Pessuti, a Comissão de colaboração de técnicos está sendo constituída depois da Comissão de Orçamento terem encerrados os seus trabalhos e os Pareceres terem sido aprovados.

Dois funcionários trabalharam e mereceram uma contrapartida salarial, uma contrapartida financeira, o funcionário Aymoré e o funcionário Aranha. Mas, quase cem funcionários deste Poder ao alvedrio de Deputados, ao alvedrio de Deputados no exercício do compadrio da mordomia, estão sendo escalados numa enorme lista para receberem pelo que não fizeram.

Eu, com gravata ou sem gravata quero lavar aqui o meu protesto, utilizando deste espaço, diante de meus companheiros de Assembléia e diante da Mesa que me exigiu a gravata, com a mesma base com que a Mesa me negou um aparte e pretendeu que eu teria que pôr um pedaço de pano no pescoço, eu exijoda Mesa que tome uma atitude para que não prolifere a mordomia indevida que desmoraliza o Poder na Assembléia Legislativa do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Deputado. (Sem revisão do orador).

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós já tínhamos encerrado, e não tínhamos ouvido o vosso pedido, concedo no entanto o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Devolvo ao nobre Deputado Roberto Requião, todas as assertivas que fez com relação ao pagamento indevido de gratificações a funcionários deste Poder ou de Deputados. Entretanto, vou fazer algumas colocações para o Deputado Roberto Requião e, para a sua ilustre bancada.

De que partido é a Mesa que dirige este Poder? Do seu partido o PMDB.

De que partido é o Presidente da Comissão de Orçamento que mandou pagar? É o nobre Deputado Mattos Leão, que é do seu partido, o PMDB. De que partido é o relator do Orçamento? É o nobre Deputado Anibal Khury, do seu partido, o PMDB.

E anteriormente nesta Casa, nobre Deputado, a Assembléia Legislativa dava aos Deputados estaduais

condições de assessoramento, inclusive para datilografar emendas.

Lamentavelmente este partido que disse que veio para mudar, e que mudou para fechar, inclusive a oportunidade de assessoramento aos Deputados, no caso do Orçamento. Alguns Deputados que quiseram cumprir com a sua missão de interferir na lei mais importante que esta Casa vai aprovar, este ano, tiveram que ficar até 10, 11 horas da noite, meia noite.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa informa ao orador que se encontra na tribuna, que seu tempo está esgotado, e concede-lhe um minuto para concluir.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Até meia noite, uma hora ficaram os funcionários do meu gabinete, para fazer mais de 800 emendas, e não vi nenhuma emenda do Deputado Roberto Requião; e não aceito, portanto, qualquer colocação que faça o Deputado Roberto Requião com relação a Bancada do PDS, que, aliás, tem sido permanentemente derrotada pelo verdadeiro trem governista que se instalou nesta Casa.

Por outro lado, nobre Deputado, se o Deputado Roberto Requião está preocupado com as mordomias aqui da Assembléia, que são de 35 milhões, certamente, ele vai votar a favor das emendas, para acabar com as mordomias dos gabinetes dos Secretários que vão a mais de 35 bilhões de cruzeiros. Ele que não denuncie o coitadinho do funcionário da Assembléia, mas que tenha a coragem e a dignidade moral de votar para José Richa, Senhor Presidente.

Agradeço, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa consulta a Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra, por 10 minutos, ao Senhor Deputado Gabriel Manoel.

Antes, porém, esta Presidência fica na obrigação de esclarecer o Plenário, com relação ao problema que levantou o ilustre Deputado Roberto Requião.

A Presidência comunica ao Plenário que, o Gabinete da Presidência desta Assembléia, nem o Gabinete Parlamentar do Deputado Trajano Bastos fez qualquer indicação para a Comissão de Orçamento.

É necessário então, que, afirmações desta ordem não se generalizem, para que injustiças não se cometam!

Com a palavra, o Senhor Deputado Gabriel Manoel, por 10 minutos.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO (Pela Ordem) -

- Senhor Presidente, sinto-me também na obrigação, com relação à indicação desse Pessoal do Orçamento, e faço voz, dizendo o seguinte:

Nós temos, em nossos Gabinetes Parlamentares, três funcionários que não recebem o benefício do 13.º Salário; por conseguinte, não seria justo levantarmos...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa

deixa de acatar esta Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência, por considerar anti-regimental.

Com a palavra, o Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiramente: eu desejo fazer uma deriva do meu pronunciamento, ao dizer que, a Comissão Executiva, que o Presidente da Comissão de Orçamento gozam de toda nossa confiança, de toda confiança da Bancada do PDS, eis que o nosso pensamento é dirigido no sentido de que esta é uma Comissão séria e que, a Comissão Executiva toda vida pautou pela seriedade.

O que nos causa espécie, Senhor Presidente, é, um Deputado, mal informado, vir aqui, a querer que o pessoal trabalhe de graça! Dizia o eminente Deputado Anibal Khury:

"Quem trabalha de graça, é o relógio suíço"! Nem o relógio brasileiro trabalha de graça, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ele, precisa de corda.

Então, sem intenção de bajular, e como faço parte da Comissão, desejo dizer da lisura do nosso Presidente, da lisura do Senhor Relator e principalmente, da lisura da Comissão Executiva que procura dar, ao funcionário que trabalha, uma recompensa; agora o Deputado vem achar, resguardando o respeito que tenho por ele, por que não achaca as mordomias do seu grande chefe José Richa? Por que não achaca as mordomias talvez, dos Deputados estaduais? Lembremo-nos sempre do adágio popular, que diz: "Quem tem telhado de vidro não atire pedras no telhado do vizinho".

Desejo dizer também, da beleza do discurso do Deputado Fiori Luiz, falando em Armando Salles, sem conhecimento de causa; fala em Armando Salles, e é um apaixonado pelo homem que expulsou Armando Salles do País; fala em Armando Salles, e é apaixonado por um homem que foi Ministro de Getúlio Vargas, que o levou ao suicídio. Fala em Armando Salles, fala em mar de lama, esquecendo-se dos "Gregórios". O mar de lama estava no tempo de Tancredo Neves, Deputado Fiori Luiz, quando ele era Ministro e que Vossa Excelência não lembra, nas nós, com os cabelos encanecidos podemos refrescar sua memória. Mar de lama que levou o grande estadista Getúlio Vargas, pela inoperância do Senhor Ministro Tancredo Neves. Foi o Gregório, manipulado por Tancredo Neves e Vossa Excelência fala sem conhecimento de causa. Mar de lama, Deputado Fiori Luiz, foi a Rua dos Toneleiros, quando Tancredo Neves dava cobertura ao negro Gregório. Isto é mar de lama e não o Deputado Paulo Maluf ir ao encontro do grande Deputado Alencar Furtado, quando estava doente, sofrendo do coração, para dar-lhe consolo. Isto não é mar de lama, e sim ver Tancredo carcumido, defendido por Vossas Excelências. Mar de lama, é o Gregório acobertado por Tancredo Neves, Ministro de Getúlio Vargas. Mar de lama, é o suicídio de Vargas e a inoperância de Tancredo, e inoperante, o homem que sempre esteve no marasmo.

Mar de lama é ficar quase dois anos no Governo de Minas Gerais e nada fazer. É esse o seu candidato. Fica com os "Gregórios", mas não fale em mar de lama, porque Vossa Excelência sabe perfeitamente

quem manipulou em 1937 o mar de lama no País. Apesar de dedicarmos um grande afeto a Getúlio Vargas, foi o Tancredo Neves o seu Ministro e o seu Conselheiro. A derrocada de Jango Goulart deu-se porque o Sr. Tancredo Neves não teve pulso.

Mar de lama foi a cassação de Alencar Furtado que hoje ninguém o diz, seu próprio irmão está se omitindo; os cassadores estão junto com o cassado. Mar de lama é isto.

Nós temos uma folha limpa. Maluf tem uma folha limpa.

Mar de lama, Deputado Fiori Luiz, na sua juventude não se lembra que o ex-Governador das Minas Gerais estava junto com Gregório, estava junto para expulsar o tão decantado Armando Salles.

Vossa Excelência ao confeccionar o seu discurso, por favor, observe o passado, porque o nosso passado fala pelo nosso futuro.

Mar de lama é cassar o Deputado Alencar Furtado e depois, ver os seus amigos, lado a lado com os cassadores. Mar de lama é o Sr. Sarney com o PMDB. Mar de lama é o matador da Bahia, o homem que tem crimes e crimes e cruz no seu revolver.

Mar de lama é o que vocês estão fazendo. Quem ganhará? Os traidores da Frente Liberal, os os inocentes úteis do PMDB?

Mar de Lama, é vermos um homem que foi cassado ontem e hoje no mesmo palanque, com os cassadores. Isso é o mar de lama Deputado Fiori Luiz. Nós não somos injustos e não atacamos. Nós atacamos com fatos. Veja bem Vossa Excelência, Getúlio Vargas expulsou Armando Salles, mas o seu Ministro, que é o seu candidato. Como pode Vossa Excelência, numa redundância, ter a coragem, ter a coragem deslavada Deputado Fiori Luiz, de vir à tribuna e defender o Armando Salles. Já dizia: Cristo Jesus, ou Jesus Cristo, como diz o Odorico Paraguaçu, "quem não está com Deus, está com o Diabo". Vossas Excelências, para ganharem a eleição, fazem pacto até com o Diabo. Mas nós ganharemos.

Paulo Malufão tem uma nódoa sequer na cassação de Alencar Furtado. Onde está seu irmão nesta hora em que Alencar Furtado estava doente em São Paulo, e teve o apoio e o carinho de Paulo Maluf? É ingratidão Deputado Osvaldo Alencar! A ingratidão neste mundo não serve.

O Sr. Fiori Luiz — Só para esclarecer. O Senhor afirmou que Tancredo Neves mandou assassinar Carlos Lacerda ou eu não ouvi direito?

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu não afirmei.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna que o tempo concedido por vossa Liderança está esgotado. Está com a palavra por mais cinco minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Gregório, Deputado FIORI LUIZ, para esclarecer à juventude de Vossa Excelência, era um homem delineado por Tancredo Neves. Eu não sei como foi...

O Sr. Fiori Luiz — Mas o Sr. afirmou que Tancredo Neves assassinou Carlos Lacerda. Eu ouvi perfeitamente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência está mentindo Deputado! Eu afirmei que quando Carlos Lacerda, naquele atentado na Rua dos Toneleiros, Gregório era chefe da segurança de Getúlio Vargas e era chefe do Tancredo Neves. Vossa Excelência a história não mente jamais Deputado... Concedo aparte ao Deputado Fuad Nacli.

O Sr. Fuad Nacli — Deputado Gabriel Manoel, eu queria aqui como membro da Comissão de Orçamento, com todo respeito que eu tenho pelos Srs. Deputados, dizer ao Deputado Requião que nós durante 20 anos estamos nesta Casa. Nós com todo respeito que temos pelo Presidente da Comissão de Orçamento, pelo Relator, como participante dessa Comissão, nós demos dois votos: um para o técnico e outro como gabinete. Acredito, como disse o Presidente da Casa, que ele não deu nenhum nome, mas sempre foi tradição, durante todo o meu tempo que havia, dos Deputados, um funcionário para que desse assistência aos seus gabinetes.

Eu vejo a preocupação do Deputado Roberto Requião, até com muito direito. Mas eu pergunto a ele: por que ele não se preocupa com a verba do Palácio do Governo, que é de 12 bilhões e oitocentos de propaganda? da Secretaria do Estado? Vê somente o pequeno funcionário desta Casa, dos funcionários lotados nos seus gabinetes.

Eu quero aqui não defender a minha posição — como membro da Comissão de Orçamento — mas confessar, publicamente, que eu tive a dignidade sempre de defender os funcionários que participassem da Comissão de Orçamento. Não é injusto, é justo. Por que nós damos para eles, pelo menos, mais recursos para que eles possam passar o seu Natal?

Eu, pessoalmente, Deputado Roberto Requião, faço questão de deixar gravado nos Anais desta Casa, indiquei dois nomes. Não sei se estão numa lista ou não, indiquei pessoalmente ao Presidente da Comissão de Orçamento, com todo respeito que eu tenho pela Executiva. Mas sempre foi pago ao funcionário lotado nos gabinetes.

Portanto não é com esta pecha que os Deputados que querem vir aqui fazer demagogia, pregar uma coisa aqui nesta Casa de Leis, mas na realidade eles esquecem das mordomias do Palácio do Governo; esquecem da mordomia dos aviões a jato que estão fazendo as campanhas pelas eleições: indiretas de Tancredo Neves. Fortunas gastas para mobilizar os homens do PMDB para levar fora do Paraná, e isso os senhores não estão vendo.

Por favor, lembro que esta Casa faz 12 anos que o funcionário não é elevado, enquanto o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, todos os outros são beneficiados e nós aqui sempre dizemos Amém ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas e ao Palácio e não se levanta uma voz em favor dos funcionários desta Casa.

Era o que eu tinha que dizer hoje.

O Sr. Odeni Mongruel — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência e gestaria de destacar aqui a sua permanente preocupação a fim de que o discurso parlamentar nesta Casa não atinja o campo da retaliação pessoal.

Vossa Excelência é vigilante, Vossa Excelência está permanentemente em atalaia neste Plenário.

E toda a vez que a palavra atinge a figura, a pessoa do político, Vossa Excelência de forma intransigente se manifesta contra este tipo de agressão. E gostaria de dizer a Vossa Excelência que Vossa Excelência na tarde de hoje deu, mais uma vez, uma manifestação incontestada neste sentido, ao responder o discurso do eminente Deputado Fiori Luiz.

O Deputado Fiori Luiz é conhecido pela sua maneira entusiasmada e empolgante de fazer os seus discursos na tribuna desta Casa. Porém, no dia de hoje, é bom que se diga e faço esta observação com o profundo respeito que devoto ao Deputado Fiori Luiz, que a fala emocional neste exato momento em que vivemos não trará qualquer contribuição à solução política deste País.

O que nós precisamos, neste exato momento Deputado Gabriel Manoel, é exatamente estabelecer o respeito mútuo, no sentido de que ambas as candidaturas que aí estão, aprovadas respectivamente cada qual delas na sua agremiação partidária, e se encontram no presente momento já em vias de desfecho do processo sucessório à Presidência da República pela via pela via indireta.

Nós reconhecemos também na preocupação do Deputado Fiori Luiz quando coloca que este acordo que foi feito entre as oposições e os dissidentes do PDS, para dar sustentação à campanha do ex-Governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, não lhe satisfaz. Não satisfaz a ele e a tantos outros Deputados autênticos que compõem a Bancada do PMDB, nesta Casa. Não satisfaz ao Deputado Alencar Furtado que, seguidas vezes, tem levantado questões neste sentido. Por certo não satisfaz também a muitos companheiros da Bancada do PDS, nesta Casa.

Mas, na verdade a sorte está lançada. O processo sucessório indireto está conquistado. Teremos apenas que aguardar o desfecho, teremos que aguardar que este resto de calendário flua no tempo para daí, então, no dia 15 de janeiro termos consumado deste Colégio, por uns chamado espúrio, por outros ele espúrio não é mais, e por outros negada esta expressão contundente à composição do Colégio Eleitoral e caberá definir então a respeito do processo sucessório.

Mas, é bom que se diga, neste exato momento da vida nacional, as manifestações contundentes, audaciosas, agressivas do Deputado Fiori Luiz e que historicamente são conhecidas não apenas neste Plenário mas na própria política do Estado do Paraná, nesta ocasião não vai mudar a cabeça de ninguém que integra o Colégio Eleitoral.

A manifestação do ilustre Deputado o que pode trazer é mais conturbação ao processo, criando um clima de animosidade que surgirá, sem dúvida nenhuma a partir daí, àqueles que pregarão da absoluta insanidade deste processo indireto e que deverá ser interrompido a qualquer momento; usando de todos os artifícios decentes e morais que se possa admitir, neste exato momento.

Portanto, Deputado Gabriel Manoel, com profundo respeito que coloco esta minha crítica construtiva à fala do eminente Deputado Fiori Luiz no sentido de que, neste exato momento, se lhe agrada ou não o processo que aí está, com certeza não lhe agrada, com certeza não agrada à grande maioria dos Senhores Deputados, possibilite, através do equilíbrio e da emoção, do respeito às candidaturas lançadas, que o processo flua em clima de normalidade...

O Sr. Fiori Luiz — Não podemos ter medo, Deputado, não podemos ter mais medo não.

O Sr. Odeni Mongruel — Para que não tenhamos o dissabor de enfrentar o processo, interrompido por forças alienígenas, por forças fora do processo político, trazendo assim a esta Nação condições de desespero e de despreço. Meus parabéns, Deputado Gabriel Manoel, e faça sempre — como fez hoje —, evite que retaliações pessoais e que palavras agressivas neste momento em que vivemos possam trazer prejuízo já que benefício, com certeza nenhum, trará ao desfecho do processo sucessório. Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito obrigado. Eu quero responder apenas ao caráter ilibado do Deputado Fiori Luiz...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. PRESIDENTE — (Traiano Bastos) A Mesa solicita aos Senhores Deputados que, ao pretenderem apartear o orador que se encontra na tribuna, o façam na forma regimental.

O SR. GABRIEL MANOEL — O tempo, este mesmo, Deputado Fiori Luiz...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. PRESIDENTE — (Traiano Bastos) A Mesa comunica a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Um minutinho apenas para completar, Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Traiano Bastos) Consulto à Liderança do PDS se fará uso dos dez minutos restantes.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — O Deputado terá um minuto para concluir o seu raciocínio, depois posteriormente o Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. GABRIEL MANOEL — Apenas para completar: que o diga Jayme Canet, o grande Governador paranaense, quem foi o aguerrido Deputado Fiori Luiz, que o atacava injustamente, talvez as confissões, talvez das igrejas de Londrina e adjacências possam dizer quanto arrependimento; que diga Canet e que digam os que tiverem aqui na outra gestão deste moço de uma formação ilibada que vinha daquela tribuna atacar o maior Governador que o Paraná teve. Qual será a sua consciência? É dúvida? É de Deus? É de Tancredo? Ou é de Armando Salles? Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — O Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE — (Traiano Bastos) Com a palavra o Sr. Deputado Aírton Cordeiro por nove minutos.

O SR. AIRTON CRODEIRO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Falou-se tanto em mordomia neste plenário durante esta sessão que eu me permito chamar a atenção dos Senhores Parlamentares para o Projeto de Lei 229/84,

que tem origem na Mensagem n.º 178/84, que encaminhou a este Poder Sua Excelência o Sr. Governador do PMDB do Paraná, José Richa. Pretende o que o Governador paranaense com esta matéria? Nada mais nada menos do que criar na estrutura da governadoria do Paraná duzentos e dezesseis cargos de provimento em comissão, cargos que serão providos pela vontade política e pessoal do Governador, seu atender a nenhum critério de competência técnica ou profissional. Não tenho conhecimento que na História Contemporânea do Paraná algum Governador tenha pretendido de uma única vez criar tantos cargos para distribuir com a fatura que a prodigalidade deste Governo inspira para os seus apadrinhados políticos.

Matéria tão relevante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para ser deliberada por este Plenário em regime de urgência. Matéria extremamente delicada, porque envolve o interesse do servidor público do Paraná; envolve a moralidade administrativa; envolve o respeito que devemos ter à administração pública paranaense.

Não é meia dúzia de cargos. São 216 cargos que o Governador Richa quer criar na estrutura administrativa do seu gabinete. E folheando o processo, percebo os pareceres das Comissões Técnicas desta Casa. Nenhum deles entrando, penetrando, se envolvendo no mérito desta questão, buscando disciplinar não o preenchimento dos cargos. E nisto dispenso a lição de ontem do Deputado Nelson Vasconcellos que afirmou, pela Liderança do seu partido, que cargo de provimento em comissão, para o seu preenchimento, se dispensa o concurso público. Isto é óbvio! Mas a regra moralizadora é do concurso público, sim! É o concurso público que pregamos em projeto de lei que tramita neste Poder e que o PMDB se recusa a aprovar, porque vai tolher esta liberdade que o Governador vai ter para escolher 216 apadrinhados, para remunerá-los com os melhores salários, com o dinheiro do povo do Paraná.

Isto é mordomia. E me permito acrescentar, a lição que pretendeu nos dar ontem o Deputado Nelson Vasconcellos, não só se dispensa o concurso público do cargo em Comissão, mas como os seus ocupantes são demissíveis "ad nutum", ou seja, não há necessidade de inquérito administrativo. Não há necessidade de que o ocupante do cargo peça demissão. É admitido pela vontade do Governador, ou da autoridade que recebe a delegação do Governador. Logo, estes serão cargos para acobertar os filhotes políticos do Governo do Paraná. Isto é mordomia!

Por esta razão, encaminhamos ao lado do Deputado Luiz Alberto Oliveira, um requerimento à Mesa, solicitando a presença do Chefe da Casa Civil do Governo paranaense. Queremos explicações, porque a pobreza e a inconsciência da justificativa do Governador Richa são tão grandes, que não podemos chegar a nenhuma conclusão. Não sabemos da verdade, por que criar 216 cargos na estrutura do gabinete de Sua Excelência? Gabinete que vai, mais uma vez, enriquecer a mordomia que se institucionaliza neste Governo. Já nem falo das bonecas e dos presentes que a pouco aludiu o Deputado Luiz Alberto ... Mas me refiro a outros aspectos de uma seriedade muito maior. Se disse aqui, neste Plenário, que a criação da Secretaria de Comunicação Social não traria, para o Governo paranaense, nenhum ônus porque seria aproveitada a estrutura do Palácio Iguaçu. E o que se vê no demonstrativo da Mensagem do Governador? Seis

cargos para a assessoria de Comunicação Social. E recebo, Srs. Parlamentares, a denúncia extremamente grave de um proprietário de uma emissora de rádio no Interior do Paraná, que recebeu comunicação do Governo do Estado, para que se apresentasse ao Palácio Iguaçu na companhia de um Deputado do PMDB, a fim de que pudesse ser aquinhado com as verbas publicitárias do Governo paranaense.

Este é o Governo que hipócrita e falsamente combateu as mordomias e que se serve delas de uma forma que o Governador Richa insiste em manter. A presença do Chefe da Casa Civil do Governo do Paraná neste Poder, para explicar a criação destes 216 cargos, é extremamente necessária, até para que a Bancada do nosso partido possa votar conscientemente contra esta matéria, pela desfaçatez, da sua natureza, pelo despalante do seu autor desrespeitando a crise social do Paraná, vai agasalhar 216 filhotes políticos no gabinete do governo paranaense.

É este combate sincero, é este combate verdadeiro que nós queremos que este Poder exerça muito antes de se preocupar com as quimeras distribuídas aos possíveis funcionários servidores da Assembléia Legislativa do Paraná.

Devemos nos preocupar com todos os problemas morais do Paraná, mas não devemos permitir que os menores problemas tragam os maiores problemas, que têm origem do outro lado da praça, ali no Palácio do Governo, sob a inspiração do Governador Richa e lamentavelmente, com o acobertamento de sua Bancada aqui na Assembléia Legislativa.

Para concluir, quero apenas lembrar ao Deputado Nelson Vasconcellos, que se referiu de uma forma maldosa e pessoal a este Deputado no seu pronunciamento de ontem para defender o seu chefe político José Richa, quando se referia a nossa presença na COPEL.

Deixo à disposição de Sua Excelência e de todo o PMDB, a minha folha acadêmica na Universidade Federal do Paraná, a minha folha de serviços, serviços que eu prestei durante tantos anos ao Governo do Paraná, a minha vida de jornalista profissional e daí Sua Excelência poderá descobrir, se existe ou não existe habilitação técnica para ocupação de um cargo como aquele que nós ocupamos e do qual hoje estamos licenciados sem vencimentos, da COPEL, e Sua Excelência procure melhores razões e maiores e mais consistentes argumentos e não enverede para o toque pessoal, tão mesquinho, tão pequeno, que diminui os homens públicos.

Concedo aparte ao Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Meus cumprimentos, pela sua presença nesta tribuna, eminente Deputado e só quero dar a Vossa Excelência ou ao Paraná, através desta Assembléia, os seguintes dados.

Quando o Governador José Richa assumiu, nós tínhamos 883 cargos em comissão na estrutura administrativa do Estado, em apenas um ano e seis meses, com esta Mensagem, o Governador José Richa eleva para 394 cargos a mais, equivale dizer, em apenas um ano e seis meses, o Governo que vinha acabar com a mordomia, com cargos em comissão, eleva em quase 50 por cento de cargos em comissão.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa

comunica ao orador que se encontra na tribuna que o seu tempo está esgotado, concedo-lhe um minuto para concluir.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Veja Vossa Excelência, eminentes Deputados, em apenas um ano e seis meses, o Governador José Richa cria com esta Mensagem 394 cargos, isto é, toda a história política do Paraná, em apenas um ano e seis meses, Sua Excelência já cria quase mais 50 por cento de cargos em comissão. E são evidentes os números, eminente Deputado, sabe qual é o custo mensal desses cargos em comissão, que o Governador José Richa quer dar aos seus apaniguados políticos?

127 milhões de cruzeiros, mensalmente, custarão aos cofres estaduais, os cargos dos apaniguados que o Deputado Walber Guimarães, da Bancada do PMDB, da Câmara Federal, denunciou que era para satisfazer as vaidades e os apetites pessoais daquele que ele denominou, no verdadeiro corretor de empregos no Paraná, o Presidente do PMDB, Senador Álvaro Dias.

Eu agradeço a Vossa Excelência. (Sem revisão orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução n.º 115/84, (Mensagem n.º 128/84), que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 31.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Umuarama, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução n.º 116/84, (Mensagem n.º 138/84), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Engenheiro Beltrão, objetivando construção do Terminal Rodoviário de Passageiros na sede do referido Município. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução n.º 117/84, (Mensagem n.º 112/84), que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Mariluz, objetivando execução

de obras para recuperação de estradas. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 118/84, (Mensagem n.º 104/84), que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 31.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Flórida, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 121/84, (Mensagem n.º 110/84), que aprova Convênio celebrado em 09.04.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Colombo, objetivando realização da Festa da Uva, no referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 122/84, (Mensagem n.º 129/84), que aprova Termos Aditivos de Revigoração de 24.04.84, aos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos dos Programas adiante mencionados. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 123/84, (Mensagem n.º 125/84), que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira de 08.07.83, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, e o Município de Santa Cecília do Pavão, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 124/84, (Mensagem n.º 116/84), que aprova Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná em 03.03.84, através da PARANATUR e o Município de Curitiba, objetivando execução dos Projetos e Programas de incentivo aos Festejos Carnavalescos de 1984, no referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 125/84, (Mensagem n.º 105/84), que aprova Termos de Convênios, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, com participação da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA". — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 126/84, (Mensagem n.º 122/84), que aprova Convênio celebrado em 21.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Toledo, objetivando regular a implantação dos serviços de segurança contra incêndios e a prestação de socorros públicos na área do referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 127/84, (Mensagem n.º 114/84), que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 128/84, (Mensagem n.º 126/84), que aprova Convênio celebrado em 17.04.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria

do Interior e o Município de Rolândia, objetivando execução de obras em conformidade com o PRONOROESTE.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 129/84, (Mensagem n.º 141/84), que aprova Termo de Convênio, celebrado em 14.06.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Colorado, objetivando realização da XI Festa do Peão de Colorado.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 235/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 191/84), que objetiva dar nova redação ao art. 179, da Lei Complementar n.º 14, de 26.05.82 (Estatuto da Polícia Civil do Paraná), com vistas a estabelecer normas para revisão de proventos de inatividade de servidores policiais civis, conforme específica. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, por unanimidade.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 224/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 177/84), que objetiva alterar o Anexo I — Resumo dos Quadros de Oficiais, previsto no art. 2.º, da Lei n.º 7.074, de 21.11.78, com modificações já introduzidas pelas Leis n.ºs 7.638, de 10.09.82 e 7.815, de 29.12.83, conforme específica. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.S.P., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 227/84, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSI, que denomina "ESCOLA PROFESSORA TEREZINHA GRESCZUK LUPPI", a Unidade Escolar construída no Jardim Santa Lúcia, 2ª Parte, no Município de Paçandu. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 249/84, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSI, que denomina "RODOVIA JÚLIO ZACHARIAS", a Rodovia PR-555, que interliga a BR-376 a PR 559, passando pelas sedes dos distritos de Barão de Lucena e Nova Bilac, conforme específica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/83, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que estabelece critérios de semestralidade para o reajuste das taxas referentes aos serviços públicos estaduais e dá outras providências. Com parecer FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade.— E com parecer FAVORÁVEL da C.F. ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade.— (Publicado no D.A. n.º 28, de 12 de abril de 1983).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL
AO PROJETO DE LEI N.º 24/83

Art. 1.º — As taxas e tarifas referentes a prestação de serviços públicos estaduais, devidas pelos usuários, somente poderão sofrer reajustes semestralmente.

Parágrafo único — As tabelas reajustadas serão publicadas no Diário Oficial do Estado e nos órgãos de divulgação da imprensa, trinta (30) dias antes de sua vigência.

Art. 2.º — Os juros referentes às multas devidas pelo atraso no pagamento das taxas e tarifas de serviços públicos estaduais, não excederão os legais.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
ANIBAL KHURY — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 24/83

PARECER

1. O presente projeto de lei visa estabelecer critério para o reajuste de taxas de serviços públicos, e é de autoria do nobre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.

2. Embora a intenção do legislador se me afigure clara, ou seja, a de impedir que os aumentos dos serviços públicos sejam efetivados indiscriminadamente, o plano de lei está a merecer reparos em sua redação, pois estabelece confusão entre taxas e tarifas, institutos distintos.

3. Assim, trata o projeto de taxas referentes a prestação de serviços públicos, no seu primeiro artigo, enquanto que no artigo 2.º estabelece termos reguladores para a cobrança de multas incidentes nas tarifas.

4. Ora, sendo a taxa contribuição fixa e a tarifa uma contraprestação financeira pelo consumo do serviço oferecido, há que se corrigir o enunciado, para dar validade à medida e adequá-la a uma melhor forma legislativa que não venha contrariar qualquer disposição legal vigente.

5. Desta forma, opinamos favoravelmente à aprovação da matéria, na forma do substitutivo que, em anexo, oferecemos.

Sala das Comissões, em de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
ANIBAL KHURY — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 24/83

PARECER

De autoria do nobre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, o presente projeto de lei tem por finalidade estabelecer critérios para o reajuste de taxas de serviços públicos estaduais, e dar outras providências.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisando-a no seu aspecto legal e constitucional, ofereceu Emenda Substitutiva.

No âmbito desta Comissão de Finanças, chamada a opinar, sobre o aspecto financeiro da Proposição, temos que conforme a justificativa apresentada pelo seu autor, a medida apresentada visa determinar certos parâmetros para que o reajuste das taxas e tarifas de serviços públicos, o seja em moldes semelhantes aos reajustes do poder aquisitivo da população.

Nada mais justo que os usuários dos serviços públicos não sofram reajuste das taxas e tarifas, desassociados dos aumentos de seus vencimentos, como vem sendo adotado atualmente pelos concessionários destes serviços.

Assim sendo, a medida é oportuna e está adequada para ser implantada, proporcionando um critério equânime na contraprestação dos serviços públicos dentro do Estado do Paraná.

Nestas condições o nosso parecer é favorável,

opinando-se pela sua aprovação na forma da Emenda Substitutiva apresentada, pela C.C.J.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;

HOMERO OGUIDO — Relator.

Está em discussão o projeto de lei. Em votação.—
Rejeitado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

47 Srs. Deputados responderam a chamada. Há quorum para prosseguimento da sessão e deliberação.

A Presidência irá proceder a verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) — Sr.

Presidente, apresentei um requerimento à Mesa, no sentido de que fosse feita votação nominal, com relação a esse projeto. Consulto à Mesa se colocará em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa, ao responder a

Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência, comunica que não tem, inclusive, o seu requerimento, como objeto de votação, porque nós estamos em processo de verificação de votação.

Em votação o Projeto de Lei n.º 24/83.

(TUMULTO NO PLENÁRIO).

(TOCAM OS TÍMPANOS)

A Mesa declara suspensa esta sessão definitivamente, porque não há condições para o seu prosseguimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/83

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 240/84 (Orçamento Plurianual de Investimentos).

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 50 e 86/83; 120, 156, 161, 165, 166 e 167/84.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 227 e 249/84.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 106, 163, 172, 193, 197 e 229/84.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 200, 204, 205, 206, 209, 218 e 266/84.

E anuncia ainda para a Ordem do Dia da Sessão de 08 de novembro de 1984, a inclusão da

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 252/84 (Orçamento-Programa Anual para o Exercício Financeiro de 1985).

Levanta-se a sessão.